

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Custódio Joaquim de Almeida (1831? - 1935): um Príncipe Africano em
Porto Alegre que rezava, curava e treinava cavalos.**

Leandro Balejos Pereira

Porto Alegre
2010

Leandro Balejos Pereira

Custódio Joaquim de Almeida (1831? - 1935): um Príncipe Africano em Porto Alegre que rezava, curava e treinava cavalos.

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre
2010

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – O “Príncipe Custódio” supostamente em traje “real”.

Figura 02 – Foto de Custódio Joaquim de Almeida.

Figura 03 – O “Príncipe Africano” vestindo seu gorro tradicional.

Figura 04 – Serafina Almeida, esposa de Custódio.

Figura 05 – Postal dos Supermercados Zaffari em comemoração ao Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil.

RESUMO

A proposta deste trabalho consiste em analisar de que forma, quando e com quais objetivos, Custódio Joaquim de Almeida foi reivindicado, tornou-se folclórico e objeto de contestações ao longo do tempo. O auto-declarado "Príncipe Africano" aparece como figura incomum, imponente e exuberante, em uma sociedade confrontada com a realidade do pós-abolição, em processo de modernização e, em maior ou menor medida, influenciada pela ideologia positivista forjada no Rio Grande do Sul. Para executar a pesquisa foram cotejadas produções acadêmicas, uma narrativa biográfica e periódicos com registros de 1935 e no intervalo de 1977 a 1993. Ao longo do trabalho são indicadas as apropriações feitas da figura de Custódio, identificadas como múltiplas no tempo e imiscuídas entre os campos religioso e político. Também foi constatado que conscientemente ou não, os diferentes capitais que dispunha possibilitaram que tivesse circulado em mais de um segmento, sendo respeitado pelos que se encontravam em posições diametralmente opostas no espaço social.

Palavras-chave: **Príncipe Custódio – religião – política – pós-abolição – Porto Alegre.**

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	03
Resumo.....	04
Introdução.....	06
Parte I - Algumas considerações teórico-metodológicas acerca do estudo de trajetórias individuais.....	12
Parte II - Custódio Joaquim de Almeida: interpretações acadêmicas e reconstrução biográfica.....	22
Parte III - O Príncipe Africano: respeitado por seus contemporâneos e reivindicado pelos que vieram depois.....	32
Considerações Finais.....	46
Fontes.....	48
Referências Bibliográficas.....	50
Anexo Único.....	52

Introdução

No dia 28 de maio de 1935, às quatro horas, em Porto Alegre, foi declarado por Arthur Ferreira e registrado pelo Oficial Antonio Rodrigues o falecimento de Custódio Joaquim de Almeida, “com 104 anos de idade, do sexo masculino, de cor preta, profissão *entreineur*, natural da África [...] estado civil solteiro, filiação ignorada¹”. O falecido era domiciliado na Rua Lopo Gonçalves, número 498. Seu atestado de óbito foi firmado pelo Dr. Júpiter S. Croá, que deu como causa para sua morte uremia. Supostamente teria sido sepultado no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Esses são os dados oficiais que atestam o falecimento de Custódio. É partir de sua morte que aparentemente seu reconhecimento social passa a ser publicado na imprensa de Porto Alegre. Seja pelo cabedal de qualidades atribuídas a ele, por suas relações com representantes da camada mais abastada da cidade ou pelo prestígio que possuía junto aos afrodescendentes das religiões de matriz africana, na capital.

Chegou até os dias atuais a descrição de um homem negro, alto, corpulento, que não dominava satisfatoriamente a língua portuguesa, porém se expressava bem em francês e inglês, de olhar penetrante e sempre bem vestido². O indivíduo em questão chamava-se Custódio Joaquim de Almeida, nome que teria adotado após partida do continente africano, de onde saiu supostamente em 1862, ou talvez na ocasião do desembarque no Brasil³.

Em terras sulinas o “Príncipe Custódio” ou *Osuanlele Okizi Erupe* – nome africano que trazia e o vinculava a uma auto-reivindicada origem nobre, morou em Rio Grande, Bagé e Pelotas, onde teria chegado por volta de 1900. Dando prosseguimento a sucessão de mudanças, em 1901 torna-se morador de Porto Alegre, lugar de sua última parada.

Custódio está inserido num cenário africano de colonização européia, baseada na exportação de mão-de-obra escrava negra para além continente. No período que interessa aqui, final do século XIX e início do século XX, a África era alvo da chamada “corrida colonialista” que levaria à demarcação arbitrária dos contornos geopolíticos do continente⁴. Essa configuração política pode ter motivado a saída de Joaquim de Almeida das terras

¹ Registro Civil de Nascimentos e Óbitos. Talão 08 – óbito 15960, p. 160. Cópia anexa em SILVA, Maria Helena Nunes da. *O Príncipe Custódio e a Religião Afro-Gaúcha*, 1999. Dissertação de mestrado em Antropologia apresentada na Universidade Federal de Pernambuco.

² JUNG, Roberto Rossi. *O Príncipe Negro*. Porto Alegre: Edigal / Renascença, 2007, p. 07-16.

³ *Ibidem*, p. 38.

⁴ *Ibidem*, p. 24.

africanas, seja pelo envolvimento em conflitos entre tribos ou como resultado de confrontação com uma das potências colonizadoras, mais exatamente o Império Britânico, que na ocasião entrava em disputa pela região do Reino do Benin, na Nigéria. Abandonando seu possível lugar de nascimento, o “Príncipe Negro” teria excursionado pela Europa e posteriormente desembarcado no Brasil. Em território brasileiro supostamente passou pela Bahia, pelo Rio de Janeiro e chegou ao Rio Grande do Sul, onde estabeleceu residência.

Na capital rio-grandense no início do século XX, o “nobre africano” encontrou uma cidade marcada, entre muitos outros caracteres, pela recente abolição da escravatura e pela marginalidade da sua etnia. Porto Alegre apresentava situações problemáticas em decorrência do novo enquadramento jurídico dos ex-escravos, pois eles passaram à categoria de indivíduos livres e mesmo que essa nova realidade tenha se estabelecido de forma gradativa, dela foram originados alguns percalços. Com o advento da liberdade os negros e as negras foram atingidos pelo desamparo social e pelo estigma do “ex-escravo”, que os condicionou a uma vida orientada pelo subemprego, pela pobreza e pela marginalidade. Essa parcela da sociedade porto-alegrense estava concentrada em bairros como a Colônia Africana, o Areal da Baronesa e o Mont’Serrat. Na época, essas localidades eram conhecidas pela penúria e pela violência⁵. Entretanto, se o espaço urbano era excludente, por outra parte, foi no contexto da cidade que se constituíram focos de resistência cultural como as práticas religiosas de matriz africana, o carnaval e as organizações de auxílio mútuo⁶. Foi neste panorama social que Custódio Joaquim de Almeida se estabeleceu entre a região central da cidade e a Colônia Africana, que era considerada um dos redutos da etnia negra.

Depois de fixar moradia em Porto Alegre teria exercido poderes de babalorixá (sacerdote religioso no culto africano) e praticado seu conhecimento das propriedades curativas das ervas.⁷ Custódio supostamente age em pelo menos dois espaços sociais distintos no período, estando vinculado aos membros da elite política rio-grandense e aos adeptos das religiões afro-brasileiras, entre os quais se tornaria referência para os seguidores do Batuque.

A proposta desse trabalho é compreender de que forma, quando e com quais objetivos, Custódio Joaquim de Almeida foi reivindicado, tornou-se folclórico e objeto de contestações ao longo do tempo. Nos últimos vinte anos sua existência foi considerada suficientemente interessante a ponto de ter motivado trabalhos acadêmicos e biografias, que

⁵JUNG, op. cit., p. 08-09.

⁶SILVA, op. cit., p. 12.

⁷JUNG, op. cit., p. 08.

procuraram recuperar dados sobre sua vida, tentaram esclarecer sua importância política, sua atuação religiosa e as possíveis relações que constituiu na cidade. Sua morte foi noticiada e lamentada publicamente já em 1935. Alguns jornais homenagearam Custódio reunindo informações sobre sua vida e ressaltando suas qualidades. Na época a cobertura jornalística tentou, de diferentes formas, acentuar a excepcionalidade de sua trajetória e a capacidade que ele supostamente teve de estabelecer relações e conviver com grupos sociais, em tese, excludentes.

Para executar esta proposta, utilizei como fonte as produções acadêmicas e biográficas que tratam de Custódio Joaquim de Almeida, os necrológicos e as matérias sobre ele veiculadas nos jornais *A Federação*, *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *Folha da Tarde e Zero Hora*.

O primeiro trabalho acadêmico encontrado que destinou algum espaço para ele foi a dissertação *Os Vivos, Os Mortos e Os Deuses. Um estudo antropológico sobre o Batuque no Rio Grande do Sul*⁸, do antropólogo Norton Figueiredo Correa. Seu objetivo foi explicar de que forma surge o Batuque e quem são seus praticantes no Rio Grande do Sul. Na pesquisa de campo realizada em “casas de religião” do Estado, o autor verificou que “Pai Custódio” permaneceu na memória dos adeptos do Batuque e, mesmo de forma sintética, informou algumas de suas características e de como sua imagem era preservada pelos religiosos. Por sua vez, a antropóloga Maria Helena Nunes da Silva, em *O Príncipe Custódio e a Religião Afro-Gaúcha*⁹, contribuiu trazendo para a discussão acadêmica a figura de Custódio. A preocupação da autora foi investigá-lo considerando as relações que possuía no campo da política do Rio Grande do Sul e seus significados para o que denominou como “religião afro-gaúcha”. Além disso, através da “história de vida” do “Príncipe” objetivou acessar a história da etnia negra no Estado.

Custódio Joaquim de Almeida também foi focado em artigos e ensaios produzidos no espaço acadêmico. Na publicação *Religiões Afro-Brasileiras no Rio Grande do Sul: Passado e Presente*, o antropólogo Ari Pedro Oro¹⁰ trata das religiões afro-brasileiras durante o período escravocrata no Estado e apresenta o “Príncipe Custódio”, seu papel histórico e as

⁸CORREA, Norton Figueiredo. *Os Vivos, Os Mortos e Os Deuses. Um estudo antropológico sobre o Batuque no Rio Grande do Sul*, 1988. Dissertação de mestrado em Antropologia apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁹SILVA, op. cit.

¹⁰ORO, Ari Pedro. Religiões Afro-Brasileiras no Rio Grande do Sul: Passado e Presente. In: *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº. 2, 2002, p. 345-384.

controvérsias que o envolviam. O autor propõe esse resgate por ter identificado que Custódio era compreendido como um marco simbólico para a conquista do direito de liberdade das religiões de matriz africana, no Rio Grande do Sul. De forma distinta, Custódio será percebido por Alberto da Costa e Silva no ensaio *Um chefe africano em Porto Alegre*¹¹, quando é apreendido como um dos vários africanos que foram exilados ou que aportou no Brasil por iniciativa própria. Além de alertar para a imprecisão das referências que poderiam identificar a origem do “Príncipe Africano”, o autor procurou reconstituir as características que julgava marcantes e registrá-lo como um homem invulgar e respeitado na época em que viveu em Porto Alegre. Mais recentemente Silvio Marcus de Souza Correa no artigo *Práticas Aristocráticas e Lazeres Burgueses de um “Príncipe Negro” na República Velha*¹², procura analisar que mecanismos de mobilidade e distinção Custódio utilizava para circular nos campos político, religioso e esportivo. O autor enfatiza que sua atuação como preparador e proprietário de cavalos de corrida e seu hábito de veranejar fora da capital, conjuntamente constituiriam uma valiosa estratégia de diferenciação social.

Como última fonte bibliográfica, será discutida a biografia *O Príncipe Negro*¹³ elaborada pelo jornalista e escritor Roberto Rossi Jung e dedicada a reconstruir acontecimentos da “história de vida” do “nobre africano”. É como sujeito incomum que Custódio é apresentado por seu biógrafo, como homem cujas convivências e os espaços de atuação estão em desacordo com as divisões sociais de sua época. Além disso, é descrito como alguém que guarda muitos segredos, sendo capaz de capitanear suas diferenças, em relação ao demais africanos e afrodescendentes de seu tempo, para conviver com a camada social mais alta da cidade. Da mesma forma que mantinha prerrogativas de sacerdote e, por consequência, gozava de enorme prestígio entre os adeptos dos cultos de matriz africana.

Para concretizar essa pesquisa também foram arroladas fontes jornalísticas sobre Custódio. Os registros de imprensa nos quais aparece foram divididos em dois grupos: o primeiro é formado pelos jornais *A Federação*, *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, que noticiaram seu falecimento através de necrológios e/ou matérias conjecturando sobre sua vida antes de residir na capital e tentando dimensionar seu prestígio social. Na ocasião, foi relatado

¹¹ COSTA e SILVA, Alberto da. Um chefe africano em Porto Alegre. In: *Um Rio Chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Ed. UFRJ, 2003.

¹² SOUZA CORREA, Sílvio Marcus de. Práticas Aristocráticas e Lazeres Burgueses de um “Príncipe Negro” na República Velha. In: *Anais*. 4. Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, de 13 a 15 de maio de 2009.

¹³ JUNG, Op. cit.

como uma figura pública vinculada aos cultos africanos, porém, foi também ressaltada sua ligação com o turfe e atestado o reconhecimento social que possuía. Ao mesmo tempo em que era descrito como “estranho”, noutros momentos merecia destaque pela sua imponência e pelo respeito que obteve entre os afrodescendentes e os indivíduos da classe mais abastada de Porto Alegre.

Por sua vez, o segundo conjunto de fontes jornalísticas encontrado é composto pelos jornais *Folha da Tarde* e *Zero Hora*. Em 1977, o jornalista Amaro Júnior assina uma reportagem publicada em duas partes na *Folha da Tarde*, que procura revisitar a história do “Príncipe Africano” que teria vivido na cidade, no início do século XX. Passada mais de uma década, em 1993 o jornal *Zero Hora* dedica um espaço considerável para retratar as discussões vigentes acerca da história de Joaquim de Almeida. Na ocasião era Governador do Estado Alceu Collares que iniciou seu mandato em 1991 e estava vinculado às religiões de matriz africana, à maçonaria e ao espiritismo. É pela proximidade de Collares com as religiões afro-brasileiras, onde uma afinidade de culto também era manifestada como relação política, que é recuperada a figura de Custódio, na condição de primeiro negro a exercer influência política no Rio Grande do Sul e como responsável pela “proteção” do mandatário estadual eleito no início dos anos 90.

Na primeira parte deste estudo serão apresentadas algumas considerações teórico-metodológicas que discutem as possibilidades e os problemas do estudo de trajetórias individuais. Desse modo, o ponto inicial consiste nos debates divulgados por produções específicas das ciências humanas, vinculando esse exercício às preocupações, aos avanços e às possíveis contradições existentes atualmente na disciplina histórica, com relação à análise das “histórias de vida”.

Adiante, será revisada a produção sobre o “Príncipe Custódio” no espaço acadêmico e por iniciativas biográficas em geral, apresentando ao leitor em que condições, de que forma e com quais objetivos o personagem foi trazido para o registro antropológico, biográfico e/ou historiográfico. Apesar da escassez documental Custódio foi recuperado nos últimos anos em mais de uma ocasião e com mais de um objetivo, chamando a atenção de antropólogos, cientistas sociais, historiadores e jornalistas.

Finalmente, no terceiro capítulo é analisado como o conjunto de registros do noticiário contemporâneo ao seu falecimento e as recuperações jornalísticas posteriores, entre 1977 e 1993, revelam, contradizem e/ou reafirmam informações sobre sua vida, sobre as

relações que possuía e como foi percebido tanto nas publicações de seu tempo, quanto nas posteriores à sua existência.

PARTE I

Algumas considerações teórico-metodológicas acerca do estudo de trajetórias individuais.

Da mesma forma que nos demais campos do conhecimento, a pesquisa em história demanda uma significativa atenção aos modelos conceituais e às problematizações apresentadas pelos profissionais da área. Nesta perspectiva, contribuições recentes nas ciências sociais recolocam em discussão o empreendimento biográfico como possibilidade de escrita e sua validade explicativa. Os motivos para essa emergência das biografias no espaço acadêmico, assim como entre os profissionais da comunicação social são diversificados e foram revisados por variados autores e com distintos enfoques. Para localizar alguns aspectos atuais do debate, será cotejada uma parcela desses trabalhos. Não se pretende alcançar tudo o que foi produzido, nem todos os debates iniciados sobre os limites e as possibilidades da biografia, ao contrário, as produções e as discussões postas em destaque obedecerão ao critério da pertinência de seus conteúdos, para a compreensão de como a figura de Custódio Joaquim de Almeida foi reivindicada, apresentada como folclórica e/ou contestada.

Inicialmente a idéia de um “retorno” do gênero biográfico é questionável, considerando que a produção de biografias nunca deixou de existir e continuou ocupando lugar privilegiado entre as publicações comercialmente mais populares¹⁴. Dessa forma, apenas é correto localizar uma retomada da escrita biográfica nos limites da academia, visto que em outros espaços culturais o gênero não havia deixado de ser edificado e vorazmente consumido. Sobre essa questão, Schmidt sustenta que paradoxalmente no século XIX com o triunfo do indivíduo e, por assim dizer, do individualismo, bem como com a emergência da discussão do papel do indivíduo na história e da constituição da disciplina histórica como autônoma, a biografia foi estigmatizada como um gênero menos importante¹⁵. Ao comentar o “retorno” do gênero biográfico, o autor entende que esse pode ser fruto do interesse pela “história-memória”, pela busca no presente de referências personificadas e idealizadas no passado¹⁶. E vai além, identificando nos trabalhos mais recentes a preponderância do estudo

¹⁴GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: CORADINI, Odaci Luiz (Org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 90.

¹⁵SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. In: *Métis: história & cultura*. Caxias do Sul, RS: Vol.2, nº. 3, jan./jun. 2003, p. 60-61.

¹⁶Ibidem, p. 62.

de casos “desviantes”, ou seja, que se mostram propensos a problematizar os espaços de liberdade individual, em detrimento das normatizações.

A opção pelas condutas em desvio e/ou pela variedade de indivíduos-objeto nas produções atuais, de certo modo, se apresenta como uma tentativa de responder a uma necessidade de individuação e espaço de criação, numa sociedade marcada pela massificação e pela homogeneização¹⁷. Avançando um pouco mais sobre o estágio atual de utilização da biografia, Roger Chartier salienta que “os objetivos da história (...) não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos¹⁸”.

Luiz Alberto Grijó insere no debate os possíveis os caminhos pelos quais a escrita biográfica pode representar uma valiosa contribuição para o conhecimento histórico. Salientando que seu interesse pelo tema passa pelos problemas teórico-metodológicos desse tipo de produção. Entre os quais está a construção de biografias, trabalhos memorialísticos e de cunho comemorativo orientada pelo dever de “canonizar” ou depreciar o objeto estudado. De forma deliberada, por falta de cuidado ou mesmo por ingenuidade, essas produções podem servir apenas para reforçar percepções tradicionalmente arraigadas sobre os indivíduos pesquisados, onde, nas palavras do autor,

o jogo das posições inter-relacionais e das motivações para a ação dos agentes enfocados nesse tipo de produto são nelas constantemente velados pelo manto do referencial *arché-telos*, referencial este que é frequentemente manifesto em termos essencialistas com forte cunho físico-biológico, naturalista e ético-moral, que não raro descambam para um psicologismo banal ou para um (auto) posicionamento do “autor”, caso os biógrafos, como excelso juiz no “Tribunal da História”¹⁹.

O trabalho histórico biográfico e sua utilização necessitam estar blindados contra o risco sempre próximo de passar a integrar um discurso previamente constituído sobre o tema em questão, ao invés de lograr a emergência do conhecimento sobre seu objeto. Assim, solidificando mitos e exacerbando linearidades coerentes, em detrimento da problematização dos elementos que envolvem uma “história de vida”.

É altamente recomendável incluir na discussão sobre o gênero biográfico a

¹⁷SCHMIDT, 2003, op. cit., p. 68-69.

¹⁸CHARTIER, Roger. apud SCHMIDT, Benito Bisso. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2000, p. 51.

¹⁹GRIJÓ, op. cit. p. 86-87.

contribuição de Pierre Bourdieu como no texto *A ilusão Biográfica*²⁰. Aparece como preocupação do filósofo francês que o dito “retorno da biografia”, enquanto possibilidade prestigiada para a produção de conhecimento, tenha trazido consigo, ou reforçado, duas discussões centrais: em que medida é possível reconstituir a vida de uma pessoa, caracterizada pelo livre arbítrio, por ocupar diversas posições sociais, às vezes simultaneamente, que coordena ações conscientes e inconscientes e que possui uma existência descontínua. E ainda, as relações que se estabelecem entre ações individuais e normas sociais coletivas, para as quais são variadas as interpretações de como (e se é cabível) situar uma pesquisa sobre determinada trajetória individual num complexo coletivo, com o qual o indivíduo/objeto se relaciona.

A discussão sobre a possibilidade de acessar os vestígios de um agente social é fundamental de forma que quase irreversivelmente, mesmo para viabilizar a limitada pretensão deste trabalho é imperativa a contribuição de Bourdieu, quando escreve que

produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma apresentação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar²¹.

Nesse sentido, o entendimento do estudo biográfico como unicamente uma série de acontecimentos sem vínculos com o que o autor chama de “superfície social” torna-se ilusório, na medida em que o “envelhecimento social” não necessariamente tem o mesmo ritmo de desenvolvimento do “envelhecimento biológico”. Assim, é condição para o trabalho biográfico localizar a movimentação dos indivíduos no espaço do campo social, atentar para “o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento, por uma individualidade biológica socialmente instituída²²” e apreender quais os tributos que permitem a um determinado indivíduo agir eficientemente em diferentes campos.

Apresentando a mesma preocupação teórica, Grijó discute a crítica de Bourdieu com relação à arbitrariedade da idéia de que uma vida consiste num encadeamento lógico e cronologicamente ordenado²³, possuindo um ponto de partida, um desenvolvimento unívoco e um fim, que se realiza também como objetivo. Esse processo seria revelado nos diferentes

²⁰BOURDIEU, Pierre. A ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos & Abusos da História Oral*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 183-191.

²¹Ibidem, p. 185.

²²Ibidem, p. 189-190.

²³GRIJÓ, op. cit., p. 85-86.

objetivos da produção do trabalho biográfico e nos distintos sujeitos-objetos enfocados. Desse modo, com relação tanto aos agentes individuais quanto aos agentes coletivos, quando são apresentados como moralmente qualificados ou imorais o processo é arbitrário. Seja na intenção de qualificar positivamente a “história de vida” do “sujeito-objeto” ou para depreciá-la, nos dois casos imperam percepções “essencialistas, metafísicas e lineares”²⁴. Tendo em vista que qualidades ou defeitos são atribuídos ao indivíduo solidificadamente e de maneira contínua, perpassando toda a sua existência social e/ou cronológica.

O pressuposto da coerência inabalável e contínua na problematização de uma vida acaba esbarrando nas contradições inerentes às experiências de cada indivíduo. Essa característica desafia os trabalhos biográficos que pretendem alcançar os fatos “verdadeiros” que compõem a história de determinado personagem, visando torná-lo positivado ou sem qualidades²⁵. Essa dificuldade fundamental acompanha os dedicados ao encadeamento lógico, baseado na sequência linear dos acontecimentos de uma vida. E pode ser expressa desveladamente no decorrer da escrita por compromisso ou mesmo descuido.

Giovanni Levi também questiona se é possível escrever a vida de um indivíduo sem capitular em direção a uma suposição estritamente ordenada e unívoca da vida, considerando as dificuldades de

uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica de nossa disciplina, [onde] contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas²⁶.

Na passagem apresentada, Levi enfoca um possível hábito dos historiadores de se deterem na identificação dos momentos de excepcionalidade ou nas regularidades históricas e que, em ambos os casos, permanecerem vinculados à determinada ordenação cronológica e tendo como ponto orientador apenas o movimento das estruturas sociais. Quando somente esses são os parâmetros para a investigação, a compreensão de situações de inércia, incoerência e incertezas que podem marcar “uma vida” está comprometida. Como resultado persiste a tendência do contentamento com a contextualização do indivíduo pesquisado sem, contudo, aprofundar as nuances contidas na sua existência e nas relações que construiu ao longo da vida.

²⁴GRIJÓ, op. cit., p. 86.

²⁵Ibidem, p. 87.

²⁶LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos & Abusos da História Oral*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 169.

Nesse processo tem importância o diálogo desencadeado entre a investigação histórica e técnicas de outras áreas como a Literatura e a Antropologia, por exemplo.²⁷ O trabalho biográfico recoloca a narrativa como forma de apresentar a explicação. Na mesma direção, Levi entende a biografia como “a passagem privilegiada pela qual os questionamentos e as técnicas próprios da literatura se colocam para a historiografia²⁸”. Contudo, em relação aos literatos, os historiadores possuem uma “margem” de invenção bem mais reduzida, pois nutrem maior compromisso com a consulta das fontes para a realização de seus trabalhos²⁹.

Continuando o debate sobre o que está envolvido no estudo de trajetórias individuais ou coletivas, Peter Burke, ao analisar a estrutura renascentista de biografia, observa a existência de “tensão” entre a idéia de um indivíduo modelo e, simultaneamente, único. Mais uma vez é reiterado o risco de considerar “que a personalidade é estática³⁰”. Nessa questão, Schmidt entende que a ruptura necessária com a idéia de um indivíduo unitário não inviabiliza o trabalho biográfico, mas antes o torna mais rico, pois, possibilita a “pluralidade de enfoques³¹”. Da mesma forma que a inclusão de indivíduos de segmentos sociais subalternos nas biografias, quando for o caso, pode permitir novos olhares sobre a história³². E segue afirmando que o historiador, através da narração histórica, deve acompanhar a constituição da vida do indivíduo ao qual objetiva conhecer e não definir uma estrutura de estudos de forma pré-concebida³³. Por Custódio Joaquim de Almeida ter trazido junto a si o que para sua época poderia parecer incoerente, na medida em circulava em espaços sociais teoricamente excludentes, as reflexões anteriores podem oferecer algumas pistas fundamentais, como a necessidade de percebê-lo como individualidade fragmentada.

É necessário pontuar que a reconstrução de “uma história de vida” não significa um

²⁷SCHMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. In: *Revista Anos 90*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, n.º. 6, dezembro de 1996, p. 171. Ver também SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. In: *Revista Estudos Históricos: indivíduo, biografia, história*. Rio de Janeiro: Vol.10, n.º. 19, 1997, p. 06.

²⁸LEVI, Giovanni, apud SCHMIDT, Benito Bisso. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2000, p. 65.

²⁹Ibidem, p. 66.

³⁰BURKE, Peter. A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista. In: *Revista Estudos Históricos: indivíduo, biografia, história*. Rio de Janeiro: Vol.10, n.º. 19, 1997, p. 95.

³¹SCHMIDT, 1996, op. cit., p. 185.

³²Idem, 2000, op. cit., p. 54.

³³Idem, 2003, op. cit., p. 69.

retorno ao modelo da histórica factual e orientada unicamente pela busca de uma verdade essencialista. Quando a opção é a narrativa biográfica faz parte do exercício a crítica ao “indivíduo-objeto” pesquisado³⁴.

Não apenas dos agentes individuais e de seus feitos se ocupam os biógrafos, pois igualmente são chamados a constituir histórias de sujeitos coletivos e podem, muitas vezes deliberadamente, engendrar enredos visando o reforço de características tradicionalmente arraigadas. Grijó chama atenção para a constituição histórica de associações, agremiações esportivas, grupos carnavalescos e até do Estado nacional³⁵. Nesses casos, a empreitada biográfica serve para reabilitar, fixar ou reproduzir identidades coletivas, demarcando claramente o que torna o grupo em questão especial, amarrando pontos de convergência de seus participantes e acentuando as diferenças de seus componentes em relação aos que estão fora dele. Com essa diferenciação ficam implícitos os critérios estabelecidos para que se faça parte do coletivo, pré-requisitos esses manifestados na trajetória de seus “heróis fundadores” e numa “história inicial”, num ponto original.

No que diz respeito às ações individuais e às normas sociais coletivas, Schmidt ressalta que a recuperação da escrita biográfica na disciplina histórica, ocorre sob a égide da *história-problema* e está inserida na tradição dos *Annales*³⁶. Ou seja, o indivíduo é percebido como uma forma de acessar contextos sociais mais amplos. Essa postura é referenciada pelo autor também quando trata da produção do historiador E. P. Thompson, particularmente no seu estudo sobre a formação da classe operária inglesa, que é reconstituída a partir do resgate de experiências individuais e de sua relação com o contexto em que estão inseridas, sendo privilegiada a ação das classes e os conflitos religiosos³⁷.

Outra contribuição para os estudos biográficos é dada pelas análises da micro-história, pois sua caracterização metodológica, centrada na observação microscópica³⁸, possibilita a reconstituição minuciosa das ações dos indivíduos dentro de determinados limites da classe e da cultura. Schmidt também chama a atenção que a preocupação fundamental dos biógrafos continua sendo “desvendar os múltiplos fios que ligam um indivíduo ao seu contexto”, sem cair numa análise individualista, nem fazer das

³⁴GRIJÓ, op. cit., p. 93.

³⁵Ibidem, p. 90-91.

³⁶SCHMIDT, 1996, p. 173.

³⁷Ibidem, p. 174-175.

³⁸Ibidem, p. 176.

normatizações sociais algo insuperável³⁹.

O vínculo entre as ações individuais e as normas sociais coletivas se dá como “tensão” e não pela oposição. O constante deslocamento entre a ação individual e as normas socialmente estabelecidas⁴⁰, ao invés da simples contrariedade, pode auxiliar no avanço da pesquisa histórica. Sobre o mesmo aspecto, também Levi observa que nos trabalhos biográficos, por vezes, a ação individual é apresentada com o objetivo de “sublinhar a irregularidade dos indivíduos”, já em outras ocasiões o mesmo movimento serve como confirmação do sistema de regras instituído. O autor aposta na análise do que Pierre Bourdieu denomina “superfície social⁴¹” como o melhor caminho para capturar os constantes movimentos dos sujeitos em distintos campos sociais.

Giovanni Levi diferentemente de Bourdieu, que atribui prioridade aos elementos reguladores conscientes ou inconscientes para situar o indivíduo-objeto nos diferentes campos de atuação social, compreende o trabalho biográfico como “o lugar ideal para verificar o caráter intersticial [...] da liberdade da qual dispõem os agentes, bem como para observar a forma como funcionam concretamente os sistemas normativos, que não estão nunca isentos de contradições”⁴². Abrindo-se dessa maneira, mais um refúgio visando garantir que o pesquisador que não apreenda seu objeto como indefinidamente constante.

A produção de trabalhos biográficos ou, como é o caso aqui, a utilização da biografia como fonte para desvelar características fundamentais de um determinado indivíduo e como meio para acessar as possibilidades e os limites da ação social em determinada época pode ser rica, mas não sem a resolução de problemas metodológicos que envolvem esse tipo de trabalho. Por exemplo, Grijó identifica na problemática metodológica vinculada à construção de biografias as questões mais desafiadoras para o conhecimento histórico atualmente. Pois, é quando são manifestadas implicações entre regras e práticas sociais, os limites da liberdade e da racionalidade⁴³. O autor também estabelece diálogo com Levi, quando menciona a passagem em que o historiador italiano escreve:

a biografia tem se desenvolvido constantemente, mas de modo cada vez mais controverso e problemático, deixando subsistir por baixo do pano aspectos ambíguos, não resolvidos, que me parecem constituir, hoje em dia, um dos lugares

³⁹SCHMIDT, 1996, op. cit., p. 180. Ver também ROMANI, Carlo. A Aventura do Anarquismo Segundo Oreste Ristori. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Vol.17, nº. 33, 1997, p. 162.

⁴⁰Ibidem, p. 182-186.

⁴¹LEVI, op. cit., p. 167.

⁴²GRIJÓ, op. cit., p. 99-100.

⁴³Ibidem, p. 99.

de confrontação privilegiados da paisagem historiográfica.⁴⁴

Expostos alguns benefícios e perigos da narrativa biográfica, a questão que se coloca é da possibilidade dos trabalhos em história utilizarem esse instrumento para a construção e divulgação do conhecimento historiográfico. Contribuições como as de Levi e de Grijó não descartam a utilização da biografia como metodologia capaz de resolver algumas das problemáticas postas para a disciplina histórica. Entretanto, para a realização qualificada deste tipo de trabalho é necessário protegê-lo das seduções relacionadas à sua constituição, onde talvez uma das mais significativas seja basear-se na idéia de que uma existência é constante e sem contradições. E mais, que o agente pesquisado seja inerte em relação ao campo social no qual está inserido, age e opina, que possua controle absoluto de seu destino, não necessitando negociar, ousar ou recuar em situações específicas e que nem sempre podem ser racionalizadas.

Parece recomendável que o instrumento mais adequado para a realização do trabalho do historiador deve ser o que resiste ao diálogo com as fontes utilizadas e/ou disponíveis, sendo capaz de auxiliar na tarefa de sistematizar conhecimentos. Devendo ser adequadamente desviada para o diálogo entre esses dois vetores da pesquisa e não para a preocupação de enquadrar problemas e fontes em uma técnica pré-determinada.

A escrita biográfica como trabalho acadêmico precisa ser submetida a um distanciamento apropriado entre o pesquisador e seu objeto de estudo. Dependente dessa postura, entre outros cuidados, fica o alcance da objetividade imprescindível para a produção do conhecimento. Simultaneamente, o pesquisador deve estar atento para não cair numa postura de “individualismo metodológico⁴⁵”, atribuindo ao agente social pesquisado total controle sobre suas ações e independência em relação ao campo no qual se movimenta, assim como em relação aos outros agentes que compõem o mesmo campo. Correndo o risco dessa maneira de associar-se a uma perspectiva questionável, que entende e ideologicamente passa a defender a autonomia total dos indivíduos como pressuposto orientador da vida em sociedade.

Ademais é importante ressaltar as possibilidades e os cuidados, quanto à utilização dos registros que compõem a narrativa biográfica. Uma atitude qualificada e preventiva deve ser a comparação dos dados biográficos com outros tipos de fontes, como as provenientes de

⁴⁴LEVI, apud GRIJÓ, op. cit., p. 98-99.

⁴⁵GRIJÓ, op. cit., p. 100-101.

“órgãos oficiais” e de “sínteses histórico-sociológicas”, por exemplo.⁴⁶

Encaminhando uma proposta para os trabalhos de cunho biográfico, Grijó coloca na discussão a noção de “trajetória”, originalmente formulada por Pierre Bourdieu⁴⁷. Esse conceito pode ser definido como o conjunto de posições que um agente pode ocupar sequencialmente ou ao mesmo tempo, estando submetido a constantes transformações. Essa compreensão da problemática é discordante das percepções que entendem “uma vida” como tributária de uma lógica estável e sempre progressiva, sem recuos. De outra parte, a qualificação da narrativa biográfica prescinde do entendimento dos “comprometimentos” e “representações” que os agentes possuem na teia das relações sociais. Neste cenário, pode ser orientador pinçar o conceito de *capital social*, também formulado por Bourdieu e assim definido:

capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis⁴⁸.

Essa passagem apresenta a constatação de que o *capital social* de determinado indivíduo ou grupo não é necessariamente redutível ao seu capital econômico ou ao capital cultural que dispõe, mesmo que o *capital social* não seja independente do econômico e do cultural, na medida em que pressupõe “um mínimo de homogeneidade objetiva”, para a efetivação das trocas necessárias ao inter-reconhecimento.

A existência de uma rede de relações não é um dado natural, tampouco um dado social que possa ser considerado imutável, mas antes o resultado de um esforço de instituição e de manutenção, quando é necessário “produzir e reproduzir relações duráveis e úteis”, capazes de proporcionarem lucro material e simbólico. De acordo com essa percepção seria mais proveitoso para o campo do conhecimento histórico a compreensão dos acontecimentos como “*alocações*” e “*deslocamentos*”, considerando os diferentes tipos de capital presente em determinado campo, na medida em que dependendo disso estará o sentido dos movimentos executados no interior de um campo social específico.

⁴⁶GRIJÓ, op. cit., p. 88-89.

⁴⁷Ibidem, p. 96.

⁴⁸BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p. 67-68.

É pressuposto para a compreensão de uma trajetória que a identificação do “*envelhecimento social*”⁴⁹ tenha em consideração as “relações objetivas” que ligam o agente em questão aos outros agentes sociais envolvidos no mesmo campo, seus confrontos e acordos.

⁴⁹GRIJÓ, op. cit., p. 95-96.

PARTE II

Custódio Joaquim de Almeida: interpretações acadêmicas e reconstrução biográfica.

Até o momento são conhecidos alguns trabalhos que trataram especificamente de Custódio Joaquim de Almeida ou investigaram sua história, como fio condutor para a resolução de problemáticas de pesquisa. Apresentando riqueza de detalhes foram encontradas uma dissertação, uma biografia e dois artigos acadêmicos. De forma resumida sua existência também é citada num ensaio e em outra dissertação de mestrado. Para melhor organizar a exposição, os trabalhos reunidos serão apresentados, na sua estrutura e objetivos, seguindo dois critérios: o local de produção e a data da publicação. Também se pretende com essa ordenação, identificar como as interpretações sobre o tema foram debatidas ao longo do tempo, em determinados espaços como a universidade. E mesmo considerando que os registros primários sobre Custódio sejam relativamente poucos, foram engendrados distintos enfoques e utilizadas diferentes metodologias para acessá-los.

A primeira referência acadêmica localizada sobre ele ocorre no trabalho do antropólogo Norton Figueiredo Correa, por ocasião da dissertação *Os Vivos, Os Mortos e Os Deuses. Um estudo antropológico sobre o Batuque no Rio Grande do Sul*. O tema central abordado pelo autor é de que forma surge o Batuque como culto religioso no Rio Grande do Sul e quem são seus praticantes na sociedade rio-grandense.

Custódio é apreendido como “a figura ainda hoje mais lendária que a memória dos integrantes do Batuque guarda⁵⁰”. A exposição de Correa é breve e não apresenta novidades em relação às informações cronológicas sobre ele, entretanto, destaca que Joaquim de Almeida ao se instalar em Porto Alegre “montou casa de religião” e tinha convívio com a elite branca da cidade. Essa ligação com a elite cidadina teria um de seus pilares no seu gosto pelo turfe, na medida em que possuía cavalos no Prado, além dos que utilizava para sua locomoção diária em carruagem. Esses dois traços podem auxiliar a explicar porque essa “figura” era tida como exótica na paisagem da cidade, pois, poderia ser comum para a camada rica da sociedade se locomover em carruagens e patrocinar disputas empreendidas no turfe, mas o mesmo não se pode afirmar com certeza em relação aos demais homens da etnia africana.

⁵⁰CORREA, op. cit., p. 77.

O “Príncipe Africano” teria sido também proprietário de um automóvel. E mesmo que não seja possível precisar a data exata da suposta aquisição desse meio de transporte é plausível aventar que a posse de um carro poderia ser um privilégio ainda mais restrito que o transporte por tração animal, nessa época na capital. Para adquirir esse tipo de bem seria necessária a disponibilidade de certa quantidade de recursos financeiros. Com introdução em meados do século XX, os automóveis seriam privilégio das elites pelo menos até a década de 1920. É na administração de Otávio Rocha (1924-1928), que tem início um “processo concentrado de modernização urbana na cidade, com a abertura das primeiras avenidas⁵¹”. O centro de Porto Alegre foi aberto para a circulação de carros e a construção de vias públicas largas, pavimentadas e iluminadas por combustores, que somada à edificação de novos prédios são indícios de um projeto modernizador da capital.

A religião teria proporcionado a aproximação de Custódio com os afrodescendentes de Porto Alegre e importantes personalidades políticas do Estado, entre as quais se destacava o Governador Borges de Medeiros, com o qual teria relação de “pai para filho de santo”. Relata o noticiário da época, que o mandatário estadual inclusive comparecia a sua casa de religião, que era fechada para atendê-lo com exclusividade. Ainda no meio religioso Custódio seria o responsável por assentar o Bará (Orixá que preside os caminhos) no próprio Palácio Piratini, sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul⁵².

Sua morte foi descrita como seguida de velório pomposo e acompanhado por membros da “alta sociedade” da capital. Segundo Correa, Joaquim de Almeida teria deixado muitos “filhos de santo” como herança para os praticantes do Batuque, embora, seja difícil alcançar sua influência para a expansão das religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul.

A relação que em tese manteve com políticos do Estado e o papel de liderança que exercia junto aos cultos africanos, conduziram a dissertação apresentada pela antropóloga Maria Helena Nunes da Silva. Em *O Príncipe Custódio e a Religião Afro-Gaúcha*, a autora preocupa-se com a relação que ele teria estabelecido com a elite política rio-grandense de sua época e com seus significados para a religião “afro-gaúcha”. Nas palavras de Maria da Silva seu objetivo foi:

⁵¹MONTEIRO, Charles. Representações da cidade de Porto Alegre na obra *O Resto é Silêncio* de Érico Veríssimo. In: *Anais. XXV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*, Rio de Janeiro, 2005, p. 374.

⁵²CORREA, op. cit. p. 78.

pôr em evidência, a trajetória do negro gaúcho através da história de vida de Custódio sua influência, e importância para [a] organização das religiões afro-gaúchas no Rio Grande do Sul, bem como a sua relação com a elite política de seu tempo⁵³.

Para atender essa demanda, a autora trabalhou essencialmente com fontes orais e estabeleceu diálogo entre conceitos da História e da Antropologia. Partiu de uma explanação breve da situação política da região que os depoimentos apontavam como a origem do “Príncipe Custódio”, passando pelos relatos que informam seu deslocamento do continente africano até as terras brasileiras e procurando reconstituir sua vida no Rio Grande do Sul. Buscou também identificar a importância de Joaquim de Almeida para a configuração da religião “afro-gaúcha”, assim como sua possível atuação em meio à elite política da época. Enquanto Norton Correa dedica somente duas páginas para tratar especificamente do “Príncipe Negro”, pois essa não era sua principal preocupação, Maria da Silva destina sua dissertação para analisar a vida de Custódio e através dele alcançar aspectos da etnia negra no Estado.

Já em 1993 o trabalho da antropóloga teve repercussão, por conta de uma entrevista para o jornal *Zero Hora*, onde expôs resumidamente o que pretendia apresentar sobre seu objeto de estudo. Suas afirmações foram recebidas com surpresa, geraram polêmica e sucederam debates públicos sobre o tema. Na ocasião Maria da Silva possuía vínculo com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, porém apenas apresentou sua dissertação em 1999, na Universidade Federal de Pernambuco. Entre outros fatores, o alargamento do tempo entre a veiculação de suas conclusões preliminares na imprensa e a apresentação do trabalho em Pernambuco, teria ocorrido devido aos obstáculos causados pela exposição de suas conclusões sobre as relações que afirmava ter constituído Custódio Joaquim de Almeida no campo político. No entanto essa é apenas uma hipótese aventada, considerando relatos informais de profissionais que trabalhavam e/ou ainda trabalham na área da história e das ciências sociais de Porto Alegre, que por suas atribuições e curiosidade acompanharam esse processo quando foram publicamente discutidas as controvérsias sobre o “Príncipe Negro”.

Além dos trabalhos dissertativos, Custódio Joaquim de Almeida é focado em artigos acadêmicos, seja como objeto principal dos estudos ou como figura complementar e ilustrativa, compondo o enredo para temas mais amplos. É nessa segunda característica que

⁵³SILVA, op. cit., p. 04.

podemos incluir o artigo *Religiões Afro-Brasileiras no Rio Grande do Sul: Passado e Presente*⁵⁴. Na primeira parte do texto ao tratar das religiões afro-brasileiras no período escravocrata do Rio Grande do Sul, o antropólogo Ari Pedro Oro dedica duas páginas para apresentar o que denomina “o histórico e controvertido papel” do “Príncipe Custódio”⁵⁵. No quesito cronologia a exposição não acrescenta detalhes, além dos já revelados e publicados na imprensa no tempo em que viveu o “Príncipe” e nas recuperações posteriores sobre ele, que é entendido como um dos marcos simbólicos dos embates pelo reconhecimento do direito de livre expressão religiosa de africanos e afrodescendentes no Estado.

Segundo Pedro Oro, *Osuanlele Okizi Erupe* esteve vinculado ao Presidente da Província Julio Prates de Castilhos, que teria lhe procurado em Pelotas na tentativa de tratar um câncer na garganta. Com melhora temporária, Castilhos o teria convidado para residir em Porto Alegre, o que não evitaria seu falecimento tempo depois vitimado pela enfermidade. Também foi relatado ao autor o envolvimento do “Príncipe” com o turfe e sua vida poligâmica. Depois de colocada a suposta relação de Custódio Joaquim de Almeida com Borges de Medeiros, agora é informada sua proximidade com Julio de Castilhos. Esses são dados que podem auxiliar na compreensão de que tipo de relacionamento pôde estabelecer Custódio com nomes importantes da política nos âmbitos regional e nacional.

No campo religioso ele foi e permanece controverso. Alguns pais e mães de santo se dizem descendentes da linhagem religiosa do “Pai Custódio” e atribuem a ele importância para o reconhecimento social do Batuque no RS. De outra parte, é também mencionado que sua atuação esteve restrita à elite, aos amigos e a sua família. O debate de até que ponto essa controvertida figura influenciou no processo de instituição e reconhecimento do Batuque mereceu destaque em alguns dos autores consultados⁵⁶.

Em *Um chefe africano em Porto Alegre*, Alberto da Costa e Silva apresenta história de Custódio em meio à de outros personagens africanos desterrados, que acabaram aportando no Brasil. Permanece, para o autor, o desconhecimento do local exato da partida, bem como o que teria motivado o “Príncipe Negro” a iniciar viagem⁵⁷. Costa e Silva refere-se a ele ter suposta origem na “Costa da Mina” com desconfiança, pois, à época o local servia como denominação genérica para as terras africanas. A partida de Custódio da África, segundo

⁵⁴ORO, op. cit.

⁵⁵Ibidem, p. 345.

⁵⁶A representatividade de Custódio Joaquim de Almeida no campo religioso é discutida por CORREA, Norton Figueiredo, p. 78; ORO, Ari Pedro, p. 360; e COSTA e SILVA, Alberto da, p. 174.

⁵⁷COSTA e SILVA, op. cit., p. 170-171.

Costa e Silva, pode ter relação com a disputa entre Reino Unido e França pelo Golfo do Benin, considerando que sua viagem teria iniciado alguns meses antes da anexação de Lagos pela Coroa Britânica. De qualquer forma, não há dados precisos sobre de onde partiu o africano e o que teria motivado sua saída do continente.

Entre a África e o Brasil, Joaquim de Almeida teria excursionado pela Europa e chegando ao Rio Grande do Sul instalou-se primeiro na cidade de Rio Grande e depois em Bagé. Devoto do Orixá Ogum seria responsável pela fundação de casas para a prática da religião africana nesses locais⁵⁸. Também, segundo o autor, merece destaque o domínio que possuía no uso de ervas medicinais.

Em Porto Alegre, Custódio morou num bairro que abrigava predominantemente imigrantes italianos e seus descendentes, porém com sua chegada a localidade passaria a ser habitada também por negros e negras. Nesse sentido, se confirmada a informação de Costa e Silva, seu estabelecimento na capital teria provocado alteração na paisagem demográfica do bairro que escolheu para morar, com a concentração de moradores africanos e afrodescendentes próximos a sua residência. Ao referir a propriedade de cavalos por Joaquim de Almeida, supõe-se que seu gosto pelo turfe fosse relativamente recente, considerando seu contato com o meio rural especialmente na região da campanha.

Relatos indicam que a casa do “Príncipe”, além de receber visitantes e servir de lar para uma família de aproximadamente 25 pessoas, abrigava indivíduos com infortúnios financeiros ou de saúde. Em datas especiais, como no seu aniversário, a casa ficava em festa e recebia personalidades como o Governador do Estado para as comemorações. Costa e Silva relega a ele grande prestígio social não apenas entre os membros de sua etnia que o “veneravam”, mas também por parte dos integrantes da sociedade branca que Custódio soube conquistar por suas posses, mesmo sem a confirmação da origem de sua suposta riqueza, e principalmente pela postura “exuberante” que possuía⁵⁹. Também Souza Correa destaca a inserção de Joaquim de Almeida na camada social mais abastada da cidade, seja através do turfe ou pelo hábito do veraneio em Cidreira, no litoral gaúcho⁶⁰.

Sílvio Marcus de Souza Correa analisa a vida de Custódio tentando estabelecer as estratégias de mobilidade e distinção social por ele utilizadas, que chamou de “práticas

⁵⁸COSTA e SILVA, op. cit., p. 171.

⁵⁹Ibidem, p. 173.

⁶⁰SOUZA CORREA, op. cit.

aristocráticas e burguesas⁶¹”. O autor informa que as fontes encontradas relativas ao “Príncipe Negro” estão concentradas em jornais, como: *A Federação*, *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, bem como em um Ofício remetido à Associação Protetora do Turfe de Porto Alegre. Como registro mais recente uma entrevista de seu filho Dionísio de Almeida, realizada pela antropóloga Maria Helena Nunes da Silva.

As informações factuais apresentadas por Souza Correa não se distanciam do que antes já tinha sido exposto pelos outros interessados na trajetória do “Príncipe”. Constatou o autor que a vida do “nobre africano” despertou primeiro interesse dos jornalistas e só mais tarde de antropólogos e historiadores. Era da imprensa que se originavam até pouco tempo atrás as informações sobre ele. A questão das fontes também foi lamentada por Costa e Silva: “é uma pena que, durante os 71 anos vividos por Custódio Joaquim no Brasil, ninguém pareça ter tido a curiosidade de pedir-lhe que narrasse a sua vida e se interessasse em escrevê-la⁶²”. De fato os registros encontrados sobre ele são diminutos, oriundos quase exclusivamente da imprensa e permanecem diluídos pelos arquivos do Rio Grande do Sul.

Entre as estratégias utilizadas por Custódio o esporte, mais especificamente o turfe, teria sido uma forma de aproximação dele com a elite porto-alegrense da época. A distinção através da prática esportiva estava presente na capital e suas sociedades de turfe caracterizavam-se por uma feição elitista. Na condição de proprietário de cavalos e treinador, Custódio poderia gozar de prestígio social e notoriedade. Segundo relato apresentado por Souza Correa, sua participação na Associação Protetora do Turfe não lhe trazia ganhos financeiros, porém lhe revestia de importante capital social⁶³.

O turfe era um esporte difundido por todas as partes do Estado. As corridas de cavalo eram disputadas em canchas ou mesmo nos campos e quase sempre estavam relacionadas com apostas. Em Porto Alegre era a atividade esportiva predominante fora do âmbito da população mais pobre e, por consequência, dos africanos e afrodescendentes, onde a prática do futebol começava a se popularizar.

⁶¹SOUZA CORREA, op. cit., p. 01-02.

⁶²COSTA e SILVA, op. cit., p. 173-174.

⁶³Em Correspondência oficial a Associação Protetora do Turfe, Custódio Joaquim de Almeida solicitou o “registro das cores encarnado e amarelo que adotara para a blusa da Coudelaria Bomfim, de sua propriedade”. Ofício encaminhado a Protetora do Turfe e assinado por Custódio. Porto Alegre, 28 de abril de 1910. Também nos arquivos da Protetora foi encontrada referência ao cavalo “Rapa”, de filiação Horeb (1909), procedente do Rio Grande do Sul e de propriedade de Custódio de Almeida. Informações retiradas de: Associação Protetora do Turf. *Relação dos animais que atualmente figuram nos projetos de corridas da Associação*. Porto Alegre, 28 de outubro de 1913, p. 02 (documento assinado pelo secretário da Associação). Consultado em SILVA, op. cit.

A capital chegou a contar com quatro hipódromos. O primeiro fundado em 1880, era chamado “Prado da Boa Vista” ou “Porto-Alegrense” e ficava entre as Ruas Santana e São Luiz. Um ano depois, em 1881, foi aberto ao público o “Hipódromo Rio-Grandense” ou “Prado do Menino Deus”, localizado onde atualmente fica a Avenida Getúlio Vargas. Passados dez anos, em 1891 surgiu o “Prado dos Navegantes”, que situado no bairro de mesmo nome estava próximo à estrada de ferro que levava para São Leopoldo. Já em 1894 era inaugurado o “Prado da Independência”, no Bairro Moinhos de Vento que na época passaria a ser atendido pela linha de Bondes da Carris Urbanos⁶⁴.

Finalmente, pelo número de espaços destinados ao turfe é possível cogitar sua importância para a sociedade porto-alegrense. Da mesma forma que, aparentemente é possível levantar que Custódio Joaquim de Almeida era um dos envolvidos na prática do esporte. Inclusive, mais tarde, foi retratado sob o título de: *O Príncipe Negro “Tratador” de Cavalos*. Essa publicação sobre o turfe na capital registrou que sua presença no Hipódromo da Independência era frequente e, por sua suposta origem “nobre”, emprestava ao esporte ainda mais “glamour”⁶⁵.

Outro aspecto ressaltado foi seu hábito de veraneiar em Cidreira, praia do litoral gaúcho. O deslocamento até o mar e a proximidade com o turfe podem ser compreendidas como reveladoras da “filiação inglesa e aristocrática das pretensões sócio-culturais” do “Príncipe Negro”⁶⁶. Considerando as relações que supostamente logrou estabelecer, pode-se dizer que o capital social de Custódio estava baseado na sua proximidade com diferentes grupos sociais e étnicos da cidade, no início do século XX. Se a prática do turfe e o hábito do veraneio o aproximavam da elite da cidade, de outra parte a suposta origem no continente africano, suas prerrogativas religiosas e as práticas de cura o tornavam referência entre os adeptos dos cultos africanos.

Entre os autores consultados foi tratada com destaque a capacidade de Joaquim de Almeida de relacionar-se tanto com a camada mais prestigiada e rica da cidade, quanto com os extratos populares, especialmente com os afrodescendentes. Além dessa característica, os autores cotejados, de uma forma ou outra, aparentam dividir as mesmas incertezas com relação à Custódio. Isso ocorre fundamentalmente com relação ao nascimento, o que teria motivado sua vinda para o Brasil e a origem de seus bens. De outra parte, permanece nos

⁶⁴JUNG, op. cit., p. 89-90.

⁶⁵BOZANO, Mario e FONSECA, Ricardo Franco da. apud JUNG, op. cit., p. 95.

⁶⁶SOUZA CORREA, op. cit., p. 07.

trabalhos lidos a relação dele com a política, o turfe, o Batuque e as práticas curativas. Nesse sentido, apontam os poucos registros jornalísticos e documentais sobre ele, e mesmo sem poder avançar mais profundamente no que ocorreu durante o período em que viveu, já é viável uma aproximação de seu tempo, bem como se abre a possibilidade de localizá-lo na sociedade da qual participava e merecia destaque.

Mais recentemente a vida de Custódio também despertou o interesse de profissionais não diretamente vinculados aos espaços universitários. O jornalista e escritor Roberto Rossi Jung já tinha publicado diversas obras⁶⁷ quando em 2007 apresentou *O Príncipe Negro*, na feira do livro de Porto Alegre. Vinculado a Associação de Artistas e Escritores da Região das Hortênsias (ÁGUIA), a Associação Gaúcha dos Escritores Independentes (AGEI) e ao Centro Socialista de Estudos Políticos (BLOCO 5), esse autor parece ter predileção por recompor “histórias de vida”.

De cunho especificamente biográfico, *O Príncipe Negro* resgata acontecimentos da vida de Custódio desde a África, passando por seu desembarque no Brasil até sua chegada em Porto Alegre. A publicação de Jung divulga pesquisa em periódicos e dados recolhidos na Internet, visando aproximar-se de alguns momentos que compuseram a existência de Joaquim de Almeida. Essa metodologia pôde também ratificar a existência de quantidade restrita de documentação disponível sobre ele⁶⁸.

Ao dividir a narrativa em duas partes: *O Príncipe Negro - África* e *O Príncipe Negro - Brasil*, Jung procura responder “será que tal figura [Custódio] realmente existiu?”. A resposta afirmativa é apresentada logo após a pergunta e retomada no final da primeira parte da obra, quando o escritor afirma:

Resumindo nossa pesquisa detetivesca podemos concluir nesta primeira parte da sua biografia, que Custódio Joaquim de Almeida, era um nativo africano, cujo nome, local e data de nascença são desconhecidos, *provavelmente* do ano de 1831, e originário de alguma região daomeniana, *talvez* pertencente a alguma linhagem dos *jeje* ou *guns*, habitantes do Sudoeste da atual República do Benim⁶⁹.

⁶⁷Entre as quais: “Barão da Barra do Chuí”, “Che Guevara Guerreiro Heróico”, “A Gaúcha Maria Josefa, Primeira Jornalista Brasileira”, “Junto ao Che Guevara”, “As Mulheres na Vida do Che Guevara”, “A Odisséia de José Borges do Canto”, “Joana Galvão” e “José Antonio Caldas, O vigário dos Farrapos”.

⁶⁸Neste aspecto Custódio se diferencia, por exemplo, de *Aurélio Viríssimo de Bittencourt*, sobre o qual restaram vestígios, pelo menos, quantitativamente mais significativos. Ver: VARGAS, J. M.; MOREIRA, P. R. S., CARVALHO, D. V. de; SANTOS, S. dos. Entre Irmandade e Palácio. A Trajetória de um Devoto e Burocracia (O Caso Aurélio Viríssimo de Bittencourt – 1849-1919). In: *Anais: Produzindo História a partir de Fontes Primárias*. V Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2007, p. 170.

⁶⁹JUNG, op. cit., p. 52.

Após prudente confirmação da existência do indivíduo que motivou sua pesquisa, Jung passa a delinear a atuação de Custódio na sociedade gaúcha, apresentando as inúmeras controvérsias que cercavam o personagem e suas relações com segmentos sociais específicos.

Em primeira análise, o livro de Jung diferencia-se das obras relacionadas até aqui, não apenas por se tratar de uma produção biográfica e estar situada fora do espaço acadêmico, pois somente essas duas características não podem ser balizadoras de uma crítica mais consistente. E sim pelo fato da existência de Joaquim de Almeida não aparecer metodologicamente na condição de pista para desvendar processos sociais mais amplos, mesmo que possa servir a esse objetivo por retratar um indivíduo teoricamente “incomum” da sociedade porto-alegrense. A proposta é clara ao ter por objetivo reconstituir momentos de sua vida por ele destoar dos contemporâneos de sua etnia. Custódio é corporificado como aquele que está “envolto em grande mistério”, que possui destaque pela diferença e que é capaz de aproveitar, quase sem reconhecer obstáculos, essa característica em relação aos seus interlocutores.

A existência de Custódio Joaquim de Almeida pôde ser comprovada, porém, com relação à filiação que dizia ter e os recursos que afirmavam dispor, não foi possível preencher a maior parte das lacunas. Jung relaciona alguns exemplos de indivíduos de épocas e origens distintas que passaram por outros incólumes. E mesmo que nada impeça que todas as informações conhecidas sobre Custódio sejam confirmadas, não foram poucos os casos em que alguém tenha logrado ludibriar seus contemporâneos forjando um passado glorioso.

Durante algum tempo foi comum que falsários quisessem enganar cidades e até regiões inteiras, com informações inventadas sobre sua origem. O autor cita o caso dos ciganos e a proliferação de “salvos condutos” falsificados que apareceram na Europa central, por volta de 1400⁷⁰. Nesse aspecto, chama a atenção do autor não ter encontrado nenhuma referência histórica sobre o “Príncipe”.

Mais especificamente no que se refere ao Brasil, não era incomum que africanos se auto-reivindicassem “nobres”. Jung cita a história de Cândido da Fonseca Galvão, que teria nascido na Bahia por volta de 1845, de pais africanos, e seria o último soberano do “Império Oio”. Mais tarde passaria a ser conhecido como Dom Obá II d'África e teria gozado de prestígio e respeito por esse motivo. Depois de combater na Guerra do Paraguai, recebeu o título de alferes e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ficou conhecido, segundo Eduardo

⁷⁰JUNG, op. cit., p. 17-19.

Silva, por ser “um homem meio amalucado, uma figura folclórica (...) ao mesmo tempo [que era] reverenciado como um príncipe real por escravos, libertos e homens livres de cor” ⁷¹. Dom Obá d'África mantinha relacionamento com o Imperador Dom Pedro II, que o recebeu em algumas ocasiões, e baseava sua “nobreza” exclusivamente na tradição e pelos “poderes extraordinários que lhe eram atribuídos” ⁷².

No transcorrer da biografia sobre o “Príncipe Africano”, Jung expõe ser “inacreditável⁷³” que depois de mais de trinta anos vividos em Porto Alegre e das relações que mantinha, os únicos registros sobre Custódio Joaquim de Almeida sejam esparsos e insuficientes para que se possa mapear com maior precisão sua existência.

⁷¹SILVA, Eduardo. apud JUNG, op. cit., p. 20-21.

⁷²Idem apud ibidem, p. 21.

⁷³JUNG, op. cit., p. 58-59.

PARTE III

O Príncipe Africano: respeitado por seus contemporâneos e reivindicado pelos que vieram depois.

Depois de evidenciadas as produções acadêmicas e biográficas sobre o “Príncipe Africano”, aqui serão analisados outros dois conjuntos de fontes. O primeiro é composto por registros contemporâneos a Custódio, mais especificamente, a maioria fruto do noticiário de seu falecimento. Enquanto o segundo reúne iniciativas que o recuperam nos anos que sucederam sua morte. Em ambos os casos, esses registros são oriundos de necrológios e textos publicados na imprensa, que rememoram traços biográficos do “Príncipe”.

O jornal *A Federação* assim reportou o falecimento de Custódio:

Deu-se ontem, 28 nesta capital. Falecimento do Sr. Custódio Joaquim de Almeida, contando 104 anos de idade. O extinto gozava de grandes relações nesta cidade, onde a sua morte causou pesar. As cerimônias do seu enterro se realizaram hoje, pela manhã com avultada assistência, sendo grande o número de coroas e ramos de flores enviados à sua residência⁷⁴.

Aparentemente não há nada de especial na notícia veiculada pelo jornal e talvez não exista mesmo. Entretanto, o fato deste veículo de comunicação ser de propriedade do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e, por consequência, ser espaço para divulgação da ideologia do mesmo, bem como servir de arena para seus debates públicos, torna intrigante o espaço relativamente amplo dedicado para a morte de Custódio. Sugerindo a questão: porque repercutir largamente o falecimento desse personagem de ligações sociais aparentemente tão enviesadas e contraditórias? Joaquim de Almeida não era o que se poderia chamar de um indivíduo que detinha uma orientação política positivista, nem tampouco há registros de que tenha expressado posições que poderiam relacioná-lo com essa forma ideológica de conceber a sociedade. A menos que o tenha feito sem vestígios, sua exposição não estaria baseada no fato de ser associado ao positivismo.

Talvez a resposta para questão colocada anteriormente esteja na descrição de seus contemporâneos, quando não é questionada a “nobreza” e a autenticidade do “Príncipe

⁷⁴Jornal *A Federação*, 29 de maio de 1935, ano LII, número 125, quarta-feira. *Necrológio*, p. 02. As fontes citadas tiveram grafia alterada para adequarem-se a norma culta da língua portuguesa em vigor, porém, não foi suprimido ou acrescido nenhum termo ou expressão sem sinalização de acordo com as orientações técnicas indicadas. **MCSHJC**.

Custódio”, visto simultaneamente como “estranho” e “original”. Ele também preservou hábitos africanos e “todos os ritos extravagantes de sua seita negra”, quando como devoto de “*Ogum*” teria sido um “sectário fervoroso e honesto”. Ao mesmo tempo em que era conhecido como “Príncipe”, tornava-se um “semi Deus para os homens de sua raça” e era mediador entre os afrodescendentes e suas crenças originais.

Joaquim de Almeida é tido como homem muito respeitado entre os afrodescendentes, mas não apenas entre esses obtinha respaldo. Também se tornou “popularíssimo” entre “muitas pessoas de representação social”. Sua casa, por ocasião de comemorações, recebia grande contingente e eram oferecidos banquetes de excelente cardápio e “finas bebidas”⁷⁵. Era uma personalidade dotada de “prestígio” e de “força”. Durante sua vida foi capaz de estabelecer “uma sincera reverência aos deuses, que a imaginação quente e primitiva de sua raça foi criando, não desamparou nunca seus adeptos fervorosos”. Mesmo sendo compreendida como uma religião “primitiva”, uma “seita negra”, sua dedicação religiosa foi bem vista pelo jornal *A Federação*, tanto que, segundo o mesmo jornal, sua morte representaria uma lacuna na liderança de sua crença, na medida em que suas qualidades não eram comuns, pois tinha traços de uma origem “ilustre”⁷⁶.

Supostamente Custódio utilizava seus predicados para obter reconhecimento entre a elite branca da cidade, ao mesmo tempo em que auxiliava seus pares étnicos e como sacerdote era guardião das tradições dos cultos africanos. Sendo reconhecido, mas não exclusivamente, “principalmente nos círculos dos homens de cor, onde a sua palavra era acatada com respeito”. Além de ser um dirigente religioso, em mais de uma vez é referido que “Pai Custódio” tinha o hábito de auxiliar seus “irmãos de cor”, o que pode significar que operava alguma forma de ajuda material para os africanos e afrodescendentes que viviam na penúria.

Apesar do destaque que o “Príncipe Custódio” mereceu no campo religioso, a mesma consideração não era estendida ao culto que professava. A presença das práticas religiosas de matriz africana era vista como sinal de atraso, com estranheza. O culto aos seus deuses foi descrito como “improvisado”. As adjetivações pejorativas destinadas aos afrodescendentes e sua religião ou suas religiões, podem ressaltar a capacidade de Custódio de se destacar para além da posição de líder religioso. Pois, na medida em que se tornou referência para um grupo

⁷⁵Jornal Correio do Povo, 30 de maio de 1935, ano XLI, número 124, quinta-feira. *Morreu o Príncipe Africano – traços biographicos de uma figura singular*, última página, 2 colunas. **MCSHJC**.

⁷⁶Jornal A Federação, 30 de maio de 1935, ano LII, número 126, quinta-feira. *O Príncipe Morreu*, coluna, última página. Ver também: jornal Diário de Notícias, 29 de maio de 1935. *Morreu nesta capital com 104 anos de idade, um príncipe africano*, p. 03. **MCSHJC**.

socialmente estigmatizado mereceu daqueles que não eram, pelo menos em tese, filiados às crenças do grupo a consideração de ter sua vida retratada publicamente.

O jornal *Diário de Notícias* dedicou bom espaço para informar de onde veio, quem era e que relações Custódio construiu na capital. E partindo do pressuposto que ele era originário da região de São João de Ajudá, a matéria atestava a “nobreza” de sua família como senhores da região africana.

É ainda descrita a reverência emprestada a Custódio e a sua família na África sem, entretanto, deixar de qualificar o cenário de forma pejorativa: “viram muitas vezes, passar submissas diante de seus olhos, filas intermináveis de negros, enfeitados à moda bárbara dos filhos das selvas, entoando canções guerreiras, ao som monótono dos tambores”. Adiante, prossegue a descrição daquilo que teria sido sua vida no continente africano:

As plumas de coloridos berrantes, vibrando com o *tan-tan*, compassado das peles esticadas, entre o soar surdo das trombetas de chifres, realçando as pinturas exóticas dos naturais que bamboleavam os corpos suarentos numa dança estranha foram espetáculos comuns que os pais de Custódio Joaquim de Almeida apreciaram durante muitos anos, majestosamente sentados em tronos imponentes, acompanhados de séquito numeroso⁷⁷.

As obrigações dos africanos para com a realeza são minuciosamente relatadas e sua civilidade é explicitamente questionada. Em Porto Alegre as comemorações em sua homenagem também eram volumosas e obedeciam ao ritual típico e “primitivo”, compreendido como peculiar aos africanos. Se comparado com a descrição do cotidiano da suposta terra natal de Custódio, o momento de festa é retratado como de tranquilidade absoluta, em detrimento da tensão que a relação existente entre homens, animais e a paisagem impunham na África de seu tempo.

Na imprensa local foram formuladas inúmeras hipóteses sobre o que poderia ter motivado Custódio a mudar-se para o Brasil. Entre elas a de que a razão de seu desterro do continente africano seria o tédio que sua “vida faustosa” teria provocado. O *Diário de Notícias* atribui a ele um “espírito aventureiro” que teria proporcionado seu contato com a “civilização branca”, noticiando que

Moço, nas costas do continente, entrou um dia em contato com a civilização e, portador de um espírito talhado para a aventura, revestido de coragem, de que dera provas em combates cruentos comandando tribos e subjugando os animais selvagens

⁷⁷Jornal Diário de Notícias, 29 de maio de 1935. *Morreu nesta capital com 104 anos de idade, um príncipe africano*, p. 03. **MCSHJC**.

das florestas espessas, Custodio Joaquim de Almeida seduzido pela civilização dos brancos resolveu abandonar a terra dos seus avoengos e percorrer o mundo, em busca de novas emoções.

Renunciou as homenagens que lhe rendiam os silvícolas, desprezou o luxo das plumas e dos colares bizarros, entediou-se do fausto africano e vestiu calça e paletó, como qualquer europeu e fez-se de viagem rumo ao mundo dos brancos. Viajou pela Europa. Habitou-se ao conforto⁷⁸.

O contato de Custódio com os costumes europeus é conjecturado como o momento em que “conheceu o progresso” e, portanto, distanciou-se das prerrogativas de “nobreza” da sua terra em troca de seguir os códigos socialmente reconhecidos pelo “mundo civilizado”, leia-se, a forma de apreensão do mundo e de conviver em sociedade do ocidente. Entretanto, apesar de conhecer os códigos sociais pertinentes ao convívio entre a camada mais abastada da capital, nas festas que organizava predominava a ritualística africana com tambores, cantos, danças e os santos prediletos do povo negro.

Quando da chegada do “Príncipe”, os africanos e afrodescendentes viviam no regime da escravidão no Brasil e, além disso, eram perseguidos por sua adesão aos cultos que traziam da África. Mesmo assim não há registro de que ele tenha tomado partido na questão. Mostrava-se compadecido com a situação dos escravizados, porém sem registro de atuação política efetiva em defesa da liberdade jurídica dos cativos.

Em 1989, por ocasião da pesquisa do historiador Guarani Santos que teria parte dedicada à “vida do negro em Porto Alegre”, o editorial local do jornal *Zero Hora*, assinado por Paulo Ricardo Moraes, apresenta suplemento especial sobre bairros predominantemente habitados por negros, após 1884, marco da abolição da escravidão na capital⁷⁹. Compõem o “caderno”, acontecimentos históricos e informações sobre a Colônia Africana, o Areal da Baronesa e a Cidade Baixa. São relatados por ex-moradores ou seus descendentes desde as práticas policiais destinadas ao controle da população, passando pelos salões onde aconteciam os bailes, até a efervescência carnavalesca daqueles redutos negros. Através de personagens marcantes se procura ambientar o leitor no cotidiano dessas regiões da cidade.

Por volta da década de 1930, o carnaval acontecia nos bairros pobres e no Areal da Baronesa surgem os grupos “Ases do Samba”, “Nós os Comandos”, “Seresteiros do Luar”, “Nós os Democratas” e “Tô com A Vela”. Da mesma forma que na Colônia Africana têm destaque os conjuntos “Aí-vem-a-Marinha”, “Prediletos” e “Embaixadores do Ritmo”.

⁷⁸ Jornal Diário de Notícias, 29 de maio de 1935. *Morreu nesta capital com 104 anos de idade, um príncipe africano*, p. 03. **MCSHJC**.

⁷⁹ Jornal Zero Hora, 25 de julho de 1989, domingo, Caderno. *A história esquecida*. **MCSHJC**.

Somados aos grupos carnavalescos, a Colônia Africana contava também com salões de baile como o “Salão do Rui” e o “Filosofia Negra”⁸⁰. Composto essa atmosfera de expressão da cultura e de organização dos africanos e afrodescendentes, na Cidade Baixa já haviam aberto suas portas as sociedades de negros. A primeira foi a Associação Satélite Prontidão, fundada em março de 1825, posteriormente mudando de endereço para a Rua Baronesa do Gravataí. Já em 31 de dezembro de 1872, na Rua Lima e Silva, era fundada a Floresta Aurora. Essas associações tinham como objetivo principal organizar e manter fundos de auxílio mútuo.

Nestas localidades de Porto Alegre, também estava o maior número de praticantes dos cultos de matriz africana, como o Batuque ao qual pertencia Custódio. Eram bairros formados pelos ex-escravos, africanos e afrodescendentes e sofreram nos anos 50 com o projeto modernizador da cidade. Suas populações foram paulatinamente sendo empurradas para áreas mais periféricas da cidade. Como consequência desse processo, a partir da segunda metade dos anos 1950, os problemas sociais começam a aumentar na metrópole com a periferização, a marginalização e a violência. No período Porto Alegre já contava com 394.151 mil habitantes⁸¹.

A publicação de *Zero Hora* ao recuperar informações e curiosidades sobre os bairros onde predominava a presença de africanos e afrodescendentes acaba tratando da “história de vida” de Custódio, na medida em que ele estava vinculado a essas regiões da cidade. Quem prestou as informações sobre ele foi sua neta Serafina Conceição⁸². Além das corriqueiras referências aos mistérios que envolviam a vida dele e suas possíveis relações com pessoas importantes na política do Estado é interessante a referência ao fato de “alguns populares” terem o conhecido por “Pai Custódio”, devido a sua atuação religiosa. De outra parte, o jornal *A Federação*, em 30 de maio de 1935, comentando seu falecimento, publicou: “O Príncipe, como comumente era conhecido entre nós”. Aparentemente, o jornal em questão optou por ressaltar a suposta origem “ilustre” do falecido e mesmo que suas atividades religiosas tivessem sido expressas, não foi citada a designação com a qual era identificado em sua religião. Da mesma forma que sua popularidade aparecia vinculada a suposta “nobreza” que detinha.

⁸⁰ JUNG, op. cit., p. 81-82.

⁸¹ MONTEIRO, op. cit., p. 375.

⁸² Serafina de Souza Almeida Conceição nasceu em 23 de novembro de 1948, em Porto Alegre. Foi registrada como filha de Domingos Conceição Joaquim de Almeida e Ernestina de Souza Almeida e herdou o nome da avó paterna Serafina de Almeida. Informações retiradas da cópia da certidão de nascimento de Serafina anexada em: SILVA, op. cit.

Já foram explicitados os descolamentos de Custódio até se estabelecer um Porto Alegre. Neste ponto a novidade no depoimento de sua neta Serafina parece ser a razão de sua transferência para o interior de Bagé. Quando chegou ao sul do Brasil, supostamente em 1864, ele teria se instalado em Rio Grande, lugar que só teria deixado para escapar de “negros possivelmente vindos de seu país de origem” que atacaram naquela cidade para matá-lo. Serafina também afirmou que sua família nunca teve preocupação em confirmar suas origens e que o avô sempre repetia, que um retorno a África colocaria em risco sua vida.

Além de sua corte e dos agregados, Custódio possuía cinco filhos: Domingos, Dionísio, Joaquina, Pucheria e Iraci. Ao todo aproximadamente 20 pessoas habitavam sua casa que, numa coudelaria nos fundos, abrigava seus cavalos de raça, preparados para os páreos da Sociedade Protetora do Turfe, no Prado Independência. Ainda foi mencionado por Serafina o hábito de veraneio da família na praia de Cidreira, como uma das “histórias” sobre o avô, na medida em que quando ela nasceu ele já havia falecido. Também é destacada a ligação de Custódio com o Batuque e seu dom de curar, sendo capaz de solucionar problemas “impossíveis”.

Talvez uma das questões mais interessantes, entre o que foi relatado por sua neta, seja como Custódio concebia a educação dos filhos. De modo que, quando foram descritos vários episódios no espaço de sua vida privada, essas ocasiões sempre estavam vinculadas às cerimônias religiosas e aos festejos que promovia em sua residência. A herança da memória familiar permitiu que Serafina construísse uma imagem do avô como um pai rígido no tratamento com os filhos. De forma que, segundo ela, os desobedientes eram severamente punidos, inclusive com castigos físicos, como certa vez teria ocorrido com seu pai que foi colocado no “palanque” e chicoteado por um empregado, ao qual foi ordenado que batesse. Além disso, terminada a sessão de chicotadas foi imposta ao infrator a cura das feridas com sal. Se as informações memorizadas sobre Custódio serão algum dia confirmadas e melhor documentadas não é possível afirmar, porém, não devem ser simplesmente desconsideradas. Na medida em que podem indicar os processos envolvidos na constituição de lembranças e de esquecimentos e, conseqüentemente, estabelecer pistas para a pesquisa histórica.

O “Pai Custódio” novamente foi recuperado na relação entre os campos político e religioso durante o mandato de Alceu de Deus Collares, que entre 1991 e 1994 governou o Estado do Rio Grande do Sul. Foi o primeiro negro auto-declarado a chefiar o executivo estadual e contou com o apoio dos centros das religiões afro-brasileiras e dos espíritas para

alcançar o poder. A ajuda desses religiosos teria lhe conferido votação em pelo menos um terço da população do Estado, somando cerca de três milhões de eleitores⁸³.

A vitória eleitoral de Collares foi atribuída, entre outros fatores, aos “trabalhos religiosos” realizados para “derrubar a resistência nas áreas de colonização alemã e italiana, que pareciam não engolir um negro no poder”. Nesse ponto, torna-se difícil e não é objetivo aqui estabelecer ligação entre as sessões de religião dirigidas pelos babalorixás e o avanço político eleitoral de Collares, nas zonas colonizadas reconhecidamente por descendentes de alemães e de italianos. Da mesma forma que não é possível averiguar até que ponto o componente étnico influenciou os habitantes dessas regiões na escolha do Governador do Estado. O que se pode ressaltar é o engajamento dos afrodescendentes vinculados às religiões de matriz africana para garantir a chegada de Collares ao Palácio Piratini. Assim como se pode indicar o envolvimento do político com as religiões afro-brasileiras, na medida em que se identificava como “negro e de religião” e aparentava querer fazer dessas características componentes de sua vida pública, inclusive depondo à imprensa sobre suas percepções místicas na condição de morador do Piratini. A isso também deve ser somado o fato de que durante seu mandato atuou de modo a “abrir as portas do Palácio” em mais de uma ocasião, para representantes das religiões afro-brasileiras em audiências e solenidades. Quando questionado sobre o apoio dos babalorixás e espíritas, o governador afirmava ser espírita e umbandista, justificando suas escolhas de culto por coerência a sua negritude e a um “dom de comunicação” relacionado à religiosidade⁸⁴.

A ligação de Alceu Collares com a religiosidade afro-brasileira foi o bastante para que se pudesse vinculá-lo ao “Pai Custódio”. Ficou registrado em matéria jornalística que seu governo estava predestinado a ser uma continuação da influência dos afrodescendentes na política do Rio Grande do Sul. É como fundador da participação de sua etnia na esfera política que Custódio será recuperado, sendo atribuída a ele a capacidade de manipular a política rio-grandense com seus poderes de babalorixá. Inclusive com a afirmação de que teria sido uma espécie de “eminência parda”⁸⁵ que comandou o cenário político do governo de Julio de Castilhos e de seus sucessores, chegando também a ditar os caminhos na atuação política de Getúlio Vargas.

⁸³Essa estimativa de três milhões de votos não é confirmada pelo Tribunal Superior Eleitoral brasileiro, que contabilizou 2.319.400 votos para o candidato eleito Alceu de Deus Collares em 1990. Informações disponíveis em <<http://www.tse.jus.br>>, acessado em 14 de outubro de 2010.

⁸⁴Jornal Zero Hora, 18 de julho de 1993, domingo. *Collares governa inspirado pelos espíritos*, p. 25. **MCSHJC**.

⁸⁵Jornal Zero Hora, 18 de julho de 1993, domingo. *Um século de influência africana*, contracapa. **MCSHJC**.

Descrito como “poderoso, culto e rico” Custódio teria feito uso de suas prerrogativas econômicas, culturais e religiosas para “reinar” no Rio Grande do Sul e preceder o governador eleito Alceu Collares na representação de sua etnia no executivo gaúcho. E mesmo com a entrada de um negro “pela porta da frente” do Palácio Piratini, o Orixá Bará, que supostamente estaria representado por um *ocutá* (objeto sagrado) e teria sido colocado por Custódio no local, continuava protegendo Collares. Entretanto, segundo a tradição, a proteção do Bará é condicionada ao comportamento de quem recebe o benefício. No caso de Collares era garantida pela “coragem” do governador de se identificar publicamente com os cultos de matriz africana. Os babalorixás, na condição de mediadores entre os desígnios religiosos e sua comunidade de seguidores, numa atitude terrena e política estabeleceram a relação condicional entre a proteção dos orixás e a publicidade que o protegido deveria realizar de suas crenças. Igualmente, no discurso da tradição se tenta buscar uma continuidade entre Custódio e Collares, permanecendo o protagonismo dos orixás na política do Estado⁸⁶.

Entre 1990 e 1997 se dá o processo de restauração do Mercado Público Central de Porto Alegre. Na ocasião foi aberta a discussão sobre a presença religiosa afrodescendente no local e novamente os orixás e o “Príncipe” estavam no centro dos confrontos e acordos, entre representantes das religiões afro-brasileiras e o poder público municipal. Para umbandistas e batuqueiros o Mercado era o local de abrigo do Bará, orixá que abre e fecha os caminhos, das encruzilhadas e da fartura. Ele teria sido materializado no centro do espaço comercial por um *ocutá*, que naquele lugar foi enterrado na ocasião de sua construção. Dessa forma, o orixá já ocupava o local por mais de cem anos e sua força mística seria a garantia da sobrevivência e da prosperidade do Mercado. Além disso, a “passagem pelo Bará do Mercado” faz até hoje parte da iniciação religiosa dos adeptos das religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul, quando por obrigação o iniciando deve dirigir-se ao orixá e “chamar pela abertura dos caminhos”.

No debate entre a Federação das Religiões Afro-Brasileiras (Afrobrás) e a Secretaria da Produção, Indústria e Comércio de Porto Alegre (SMIC) ficou acordado que o lugar de assentamento do Bará seria preservado, como efetivamente ocorreu. Apesar da relevância e curiosidade do tema, o que interessa mais diretamente nessa questão é a recuperação de Joaquim de Almeida como responsável pela introdução do Orixá Bará também num dos primeiros espaços organizados para o comércio na cidade.

⁸⁶Jornal Zero Hora, 18 de julho de 1993, domingo. *Um século de influência africana*, contracapa. **MCSHJC**.

Apresentado como “negro que viveu como branco em plena escravatura” e “Babalorixá mais importante de sua época”, Custódio supostamente agiu em dois espaços específicos. O primeiro como conselheiro secreto dos governantes do Rio Grande do Sul, tendo participação nas decisões políticas do Estado; e o segundo como sacerdote para os adeptos da sua religião. Reunindo traços como imponência física, do alto de seus 1,90 metros de altura, desenvoltura com os códigos sociais vigentes e grande carisma, “Pai Custódio” fez-se notar não apenas em meio aos membros de sua etnia e religião, mas também pelo “estrato social branco” de Porto Alegre⁸⁷.

Em matéria jornalística subdividida em duas partes⁸⁸, mais uma vez são contados os prováveis motivos que levaram Custódio a deixar o continente africano. É detalhado seu deslocamento, sua relação com dirigentes da política rio-grandense mediada por seu dom de curar e discutidas as conclusões de um trabalho acadêmico sobre ele.

Especulava o noticiário que a partida de Custódio da África teria obedecido a fatores políticos, mais especialmente um “acordo” com representantes do Império Britânico que se alastrava pela região do Benin no período. Já o destino do exílio teria sido decidido pelos *ifás* (búzios), que apontaram o Brasil “onde os tambores já batiam”, em clara alusão aos africanos e afrodescendentes escravizados no país. Passando por outros estados brasileiros, foi o Rio Grande do Sul o lugar apropriado para que recuperasse respeitabilidade e pudesse atuar na religião e na política.

A mesma notícia ainda contém uma verdadeira saga de Custódio, que desde a saída da África, passando pelo desembarque no porto de Rio Grande, até a chegada em Porto Alegre, buscava uma espécie de “terra prometida”, um lugar onde poderia reconstruir sua vida e exercer poder. Após estabelecer moradia em Pelotas e continuar desenvolvendo seu “trabalho religioso”, “Pai Custódio” teria recebido a visita de Julio de Castilhos, que aconselhado por Oswaldo Aranha e sofrendo com dores quase insuportáveis, supostamente por volta do ano 1900, procurou “um negro que produzia curas inacreditáveis”. Com a doença remediada, Castilhos retornou para a capital onde viveria por mais três anos, dois a mais do que os médicos tinham sentenciado.

Objetivamente não havia nenhum empecilho para que o líder do PRR tivesse

⁸⁷ Jornal Zero Hora, 01 de julho de 1993, quinta-feira. *Pais-de- santo ajudam a mudar o Mercado Público*, p. 42. **MCSHJC**.

⁸⁸ Jornal Zero Hora, 18 de julho de 1993, domingo. *Um príncipe negro reinou no Rio Grande*, p. 24 e 25. **MCSHJC**.

realmente procurado a ajuda do “Pai Custódio”, pois, na época conviviam os que atuavam chancelados pelos diplomas de medicina, juntamente com outros identificados como “práticos” ou “curandeiros”. As disputas entre “diplomados” e “práticos”, com relação à exclusividade no tratamento de doenças e nos cuidados com a vida de forma geral adentraram o século XX, no Rio Grande do Sul. Inclusive a Constituição Estadual de 1891 não reconhecia o diploma, enquanto monopólio, pelo contrário, estabelecia a “liberdade profissional”. Entretanto, que a viagem de Castilhos tenha sido “aconselhada” por Oswaldo Aranha (1894-1960) é muito discutível, na medida em que na ocasião esse político contaria apenas seis anos de idade. Nesse caso, é seguramente mais provável que Julio de Castilhos tenha ultrapassado um suposto “purismo” positivista e procurado a ajuda de um curandeiro, do que ter ido até Pelotas motivado pelas recomendações de uma criança.

Além do aventado encontro secreto com Castilhos, na capital Custódio e sua corte, formada por aproximadamente 48 pessoas, teriam participado de importantes momentos da política local. O registro da imprensa comenta sobre sua possível influência e/ou participação indireta no Tratado de Pedras Altas, marco fundamental da Revolução de 1923, também na tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930 e no assassinato de Pinheiro Machado. Contudo, não esclarece ou aprofunda em que condições isso teria ocorrido.

Segundo a jornalista Eliane Brum, que assinava a matéria na ocasião, o poder aquisitivo, o capital cultural e o carisma de Custódio Joaquim de Almeida tornavam a elite política condescendente em relação a sua cor. A excepcionalidade o tornou aceitável nos campos social e político nos quais estava inserido. De acordo com registros da imprensa na época de seu falecimento, o “Príncipe Negro” reuniu em torno de si pessoas socialmente reconhecidas, além de uma multidão de prováveis seguidores. E, antes de deixar a vida, teria profetizado ao “seu povo” que haveria perseguição às religiões afro-brasileiras e apontado Getúlio Vargas, como principal algoz das manifestações religiosas dos afrodescendentes.

Relatos também indicam que Carlinda, esposa de Borges de Medeiros, temendo por seu marido foi buscar no “Príncipe Negro” a proteção para ele. Assim como, quando Getúlio Vargas era jovem, teria conhecido Custódio e com ele mantido correspondência mesmo depois da Revolução de 1930. Até o presente não há indícios disso, tampouco ele é mencionado na correspondência deixada por Vargas. Mesmo assim é curiosa a permanência da idéia de relação e convivência entre o “Príncipe” e figuras políticas fundamentais para o Estado e para o Brasil. Controvertida também é a função de “conselheiro” que poderia ter

desempenhado no convívio com esses chefes políticos.

Na parte final da matéria, Eliane Brum abre espaço para as conclusões da antropóloga Maria Helena Nunes da Silva que pretendia defender sua dissertação de mestrado a respeito⁸⁹, na qual, segundo a jornalista, não apenas provaria a existência de Custódio, bem como sua “vocação” para “eminência parda” num intervalo de tempo que alcançou a atuação política de Julio de Castilhos até a Era Vargas. E ainda, analisaria a recuperação de Custódio longo tempo depois de sua morte, para auxiliar Alceu Collares nas suas pretensões de chegar ao governo do Rio Grande do Sul⁹⁰.

Passada uma semana, no dia 25 de julho do mesmo ano, o jornal *Zero Hora* publicou a repercussão das afirmações baseadas no trabalho da antropóloga Maria da Silva. No subtítulo “Príncipe por ouvir dizer”, o jornalista e cronista Carlos Reverbel, que teria tido contato com Custódio, relatou que em alguns momentos pôde vê-lo no hipódromo dos Moinhos de Vento (hoje Parque Moinhos de Vento), onde corriam cavalos de sua propriedade. Reverbel declara que ficou surpreso ao tomar conhecimento das conclusões da pesquisadora sobre o “Príncipe”, principalmente com o fato de não ter na memória as supostas relações políticas que ele teria constituído na cidade. O depoimento do jornalista acentua que o homem anunciado no trabalho da pesquisadora não se parecia com o “Príncipe folclórico” do qual tinha ouvido falar muitas vezes e a quem viu outras tantas. Ironicamente resignado pela fragilidade de suas memórias, Reverbel afirma não responder por suas lembranças, na medida em que estas eram mediadas por relatos de outros. Entretanto, não deixa de sugerir que Maria da Silva deveria apresentar em momento oportuno a comprovação de suas afirmações, visto que seu trabalho se tratava de uma produção acadêmica.

Reverbel também claramente questiona a possibilidade de que se pudesse provar “os suspiros exalados pelo Dr. Getúlio Vargas, nos funerais do Príncipe” e “os apelos dirigidos por dona Carlinda Borges de Medeiros [ao 'Pai Custódio'], temerosa de que o pescoço de seu marido pudesse ser atingido por alguma adaga maragata”. E finaliza suas considerações com a seguinte questão: “se é verdade que o Príncipe reinou nas plagas gaúchas, com poderes de babalorixá, de Julio de Castilhos até Getúlio Vargas, como explicar o fato dos batuqueiros

⁸⁹ A dissertação de mestrado da antropóloga Maria Helena Nunes da Silva foi analisada na segunda parte deste trabalho, quando foram discutidos seus objetivos, quais fontes utilizou, as conclusões que apresentou e a repercussão que seu trabalho obteve. Ver páginas 23 e 24.

⁹⁰ Jornal Zero Hora, 18 de julho de 1993, domingo. *Um príncipe negro reinou no Rio Grande*, pág. 24 e 25.

serem perseguidos pela polícia durante seu reinado?⁹¹”.

Por sua vez, no subitem “Borges de Medeiros e o príncipe Custódio”, Sérgio da Costa Franco também apresenta argumentos contradizendo as conclusões da antropóloga Maria da Silva. Para o historiador, as afirmações feitas não traziam novidades se comparadas ao trabalho jornalístico realizado por Amaro Junior e publicado no jornal *Folha da Tarde*⁹². Já em 1977, o jornalista teria cristalizado em palavras a simpatia de Borges de Medeiros por Custódio, suas visitas nos aniversários do “Príncipe Africano” e o que supostamente levava o líder político a agir dessa forma. Seria mais pela influência que Custódio exercia sobre “sua gente” que Borges o visitava, do que por manter com ele relações mais estreitas ou mesmo compartilhar idéias políticas. No que diz respeito às razões pelas quais ele supostamente mantinha proximidade com Custódio, a ponto de visitá-lo, não é provável que fosse motivado pela materialização do alcance político das relações do anfitrião, na medida em que a política da época não estava baseada na participação em massa da população.

Por outro lado, poderia ser interessante manter uma relação de convivência cordial com uma liderança reconhecida entre africanos e afrodescendentes, mesmo considerando que eles ocupavam os postos de trabalho menos especializados, porém importantíssimos para o bom funcionamento da sociedade. Desse modo, a suposta aproximação entre líderes políticos e Custódio, pode ser apreendida como uma atitude que objetivou a manutenção de um clima social tranquilo, numa sociedade conservadora e onde os papéis sociais deveriam ser bem definidos. E de certo modo essa proximidade pode ter logrado êxito, na medida em que garantiu que ele não questionasse desigualdades sociais como a pobreza e a diferença de tratamento nas questões religiosas, que resultava em perseguições empreendidas contra sua etnia.

Costa Franco lembrando uma conversa que tivera com Amaro Junior, também conta que esse teria se “queixado” da falta de outras fontes para complementar sua investigação. Segundo o jornalista, não teria sido possível encontrar mais vestígios do “Príncipe”, além de registros esparsos na imprensa e do depoimento de Domingos Conceição Joaquim de Almeida (1907-1965), um de seus filhos, que era funcionário aposentado do extinto Departamento de Correios e Telégrafos (DCT). Outro aspecto que chama atenção,

⁹¹Jornal Zero Hora, 25 de julho de 1993, domingo. *Tese sobre príncipe africano causa polêmica*, p. 24.
MCSHJC.

⁹²Jornal Folha da Tarde, 08 e 15 de janeiro de 1977. *Um príncipe morou na Lopo Gonçalves (I) e (II)*.
MMPCPA.

mais que a escassez de fontes, foi o período em que Domingos nasceu, pois implicaria em uma paternidade tardia de Custódio, ainda mais se considerado que ele teria sido apenas o segundo filho de cinco herdeiros. Esse detalhe ressaltaria mais uma característica incomum do “Príncipe”, que supostamente viveu longo tempo, se considerada a expectativa de vida da época. Por outro lado, pode recolocar em discussão as imprecisões acerca da cronologia disponível sobre a trajetória de Joaquim de Almeida. Mesmo que entre os autores consultados esse dado não tenha despertado curiosidade.

Também é mencionado o trabalho já analisado de Norton Correa que, em seu estudo sobre o Batuque no Rio Grande do Sul, refere à ligação entre Borges de Medeiros e Custódio de Almeida, quando se especula que o segundo teria sido pai-de-santo do líder do PRR. Para Franco, essa afirmação do antropólogo estava baseada nos depoimentos recolhidos nas casas de Batuque que visitou para a formulação de seu trabalho, e não atestaria nada além das distorções que compõem as reminiscências orais.

Especificamente com relação às afirmações publicadas, em 18 de julho de 1993 no jornal *Zero Hora*, Costa Franco qualificou como “exagero” a suposta atuação de “Pai Custódio” como “eminência parda”, no período da República Velha. Adiante afirma que tomando como base suas pesquisas para o período, não havia encontrado qualquer vestígio documental que confirmasse a relação de Julio de Castilhos e/ou Borges de Medeiros com Custódio Joaquim de Almeida. E finaliza rechaçando a possibilidade de convivência mais próxima entre os líderes políticos positivistas e ele, na medida em que, para Costa Franco, seria “inverossímil”, considerada a orientação política baseada no culto à ciência e no racionalismo do positivismo comtista ou spenceriano, uma aproximação mais profunda com um sacerdote de religião africana⁹³.

Depois de inventariar as fontes localizadas sobre Custódio Joaquim de Almeida foi possível identificar como, supostamente, ele se valia dos capitais que detinha para estabelecer interlocução com segmentos sociais aparentemente díspares. As informações factuais sobre sua vida são exaustivamente repetidas e lacunares. No entanto, é possível acessar a ambiguidade, com a qual ele é descrito por seus contemporâneos, na medida em que os relatos oscilam quando comentam sua atuação religiosa, entre suas qualidades de líder e o “primitivismo” atribuído aos cultos africanos. Da mesma forma que é que foi destacado seu

⁹³Jornal Zero Hora, 25 de julho de 1993, domingo. *Tese sobre príncipe africano causa polêmica*, p. 24. MCSHJC.

domínio e a utilização, como mecanismo de distinção social, dos códigos sociais da parcela “branca” da sociedade.

Aparentemente a capacidade que possuía Custódio de movimentar-se em diferentes camadas sociais, estava vinculada aos distintos capitais que possuía. Assim, podia circular em diversos ambientes da sociedade, sem estar totalmente imerso nas “obrigações de conduta” que esses poderiam requerer. Do mesmo modo que precisava ser, e algumas das descrições sobre ele dão indícios de que era, suficientemente articulado para obter respaldo de agentes sociais com concepções e práticas distintas, quando não divergentes.

Se no início do século XX, Custódio era uma figura “intersticial”, recordando o conceito de Giovanni Levi antes apresentado, também, por assim dizer, foi com essa característica fundamental que foi reivindicado no início dos nos 90, tanto no campo político, quanto pelos adeptos das religiões afro-brasileiras. A mistura entre os pressupostos mágicos da religião e a racionalidade política constituiu uma figura que foi trazida para a arena do debate político por seus predicados místicos. Da mesma forma que, como “mito fundador”, foi recuperado pelos sacerdotes sob o prisma da disputa política, para garantir os espaços sociais ocupados pelas religiões de matriz africana.

Considerações finais

Ao finalizar a exposição sobre Custódio Joaquim de Almeida algumas considerações são necessárias e serão apresentadas não como resultados, mas na condição de possibilidades para a interpretação de como o “Príncipe Africano” se mostrou contraditório e folclórico, sendo reivindicado por religiosos e incorporado ao discurso político.

Passadas mais de seis décadas de sua morte o “Pai Custódio” continua na memória dos religiosos dos cultos de matriz africana, mesmo que não seja unanimidade entre umbandistas e batuqueiros, pois existe discordância quanto ao alcance de suas ações e práticas para a expansão dos cultos africanos. Sua influência passa a ser discutida quando é recordado como “mito fundador” e muitos se dizem descendentes de sua linhagem religiosa, da mesma forma que suas supostas realizações, como os assentamentos de *ocutás* no Palácio Piratini e no Mercado Público de Porto Alegre, são recuperadas na defesa dos espaços conquistados e atualmente ocupados pelas religiões afro-brasileiras.

É possível sugerir que a amplitude da atuação do “Príncipe Custódio” permanece intimamente relacionada com sua capacidade de arregimentar admiradores, seja por sua auto-reivindicada origem “nobre” ou pela postura exuberante que a ele foi atribuída, desde a sua morte até as lembranças mais recentes de sua imagem. Não se pode afirmar com total segurança que sua vinculação com o turfe e o hábito de veranejar no litoral pôde aproximá-lo da elite econômica, social e política da cidade. Por outro lado, é plausível defender que o acúmulo de espaços nos quais supostamente circulava poderia ter proporcionado a ele boa parte do reconhecimento social que lhe é atribuído. Ainda mais se considerado que também forjou e manteve prerrogativas religiosas e fez uso de conhecimentos curativos.

Nas consultas bibliográficas realizadas foi possível identificar que Custódio aparece sempre descrito como “incomum”, como tendo personalidade imponente e capaz de dialogar suficientemente bem, com estratos sociais teoricamente excludentes da sua época. Foi assim que o encontramos retratado nos registros bibliográficos, periódicos e depoimentos consultados. Os autores lidos, em mais de uma ocasião, ressaltaram a capacidade de Joaquim de Almeida em se comunicar com variados interlocutores e sua facilidade para compreender seus códigos sociais, seja como “nobre”, sacerdote ou turfista. Da mesma forma, são divididas as incertezas sobre sua origem, o que teria motivado sua vinda para o Brasil e a fonte de seus bens.

As fontes analisadas também puderam atestar que, mesmo na condição de referência para uma parcela estigmatizada da sociedade, ele conseguiu respeitabilidade entre os que se encontravam em posições diametralmente opostas no espaço social. Entretanto, suas conquistas não alcançaram os demais africanos e afrodescendentes de seu tempo, não deixando registros de qualquer atividade desenvolvida exclusivamente para beneficiar sua etnia. Parece que nesse ponto sua distinção como “nobre” recomendava que não interferisse na ordem social vigente e tendo em conta essa postura, aparentemente foi tolerado entre os estratos sociais de não africanos ou afrodescendentes o fato de estar ligado ao Batuque.

Objetivamente no campo político, a questão mais recente e interessante suscitada na trajetória de Custódio Joaquim de Almeida foi a relação de continuidade estabelecida entre ele e Alceu Collares. Durante seu mandato no Governo do Rio Grande do Sul, Collares se apresentava como “negro e de religião”, predicados que passariam a compor sua figura política. De outra parte, os representantes das religiões de matriz africana politicamente condicionavam a proteção que ele recebia do Orixá Bará à publicidade de sua opção de culto. Agregado a isso existia uma tentativa de apresentá-lo como continuador da suposta influência de Custódio na política gaúcha. Durante o período em que governou eram constantes as cerimônias e as audiências, em que Alceu Collares recebia sacerdotes das religiões afro-brasileiras no Palácio Piratini.

Ao longo desse trabalho foram indicadas as dificuldades e as possibilidades encontradas para melhor compreender quem foi Custódio Joaquim de Almeida, mas principalmente como permanece sendo utilizada sua imagem. As apropriações feitas da figura de Custódio são múltiplas no tempo e aparecem imiscuídas, na maior parte das vezes, nos campos religioso e político. Não sendo possível avançar sem considerar que seu reconhecimento como detentor de suposta “nobreza” e suas prerrogativas religiosas foram registradas e utilizadas ao sabor das circunstâncias. Conscientemente ou não os diferentes capitais que Custódio dispunha possibilitavam que circulasse em diferentes segmentos sociais, de modo que considerá-lo de forma estática ou sem ter em perspectiva sua capacidade de adaptação é abdicar de entender o que possibilitava a ele, simultaneamente, poder rezar, curar e treinar cavalos.

Fontes

1 - Bibliográficas

CORREA, Norton Figueiredo. *Os Vivos, Os Mortos e Os Deuses. Um estudo antropológico sobre o Batuque no Rio Grande do Sul*, 1988. Dissertação de mestrado em Antropologia apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

COSTA e SILVA, Alberto da. Um chefe africano em Porto Alegre. In: COSTA e SILVA, Alberto da. *Um Rio Chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Ed. UFRJ, 2003.

JUNG, Roberto Rossi. *O Príncipe Negro*. Porto Alegre: Edigal / Renascença, 2007.

ORO, Ari Pedro. Religiões Afro-Brasileiras no Rio Grande do Sul: Passado e Presente. In: *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº. 2, 2002, p. 345-384.

SILVA, Maria Helena Nunes da. *O Príncipe Custódio e a Religião Afro-Gaúcha*, 1999. Dissertação de mestrado em Antropologia apresentada na Universidade Federal de Pernambuco.

SOUZA CORREA, Sílvio Marcus de. Práticas Aristocráticas e Lazeres Burgueses de um “Príncipe Negro” na República Velha. In: *4. Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba, de 13 a 15 de maio de 2009.

2 – Periódicos

Jornal A Federação, 29 de maio de 1935, ano LII, número 125, quarta-feira. *Necrológio*, p. 02. Acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Jornal A Federação, 30 de maio de 1935, ano LII, número 126, quinta-feira. *O Príncipe Morreu*, coluna, última página. Acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Jornal Correio do Povo, 30 de maio de 1935, ano XLI, número 124, quinta-feira. *Morreu o Príncipe Africano – traços biographicos de uma figura singular*, última página, 2 colunas. Acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Jornal dos Cultos Afro-Brasileiros, julho de 1993. *Príncipe Custódio, admirado, odiado ou adorado?* p. 02. Acervo do Memorial do Mercado Público Central de Porto Alegre.

Jornal Diário de Notícias, 29 de maio de 1935. *Morreu nesta capital com 104 anos de idade, um príncipe africano*, p. 03. Acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Jornal Folha da Tarde, 08 e 15 de janeiro de 1977. *Um príncipe morou na Lopo Gonçalves (I) e (II)*. Acervo do Memorial do Mercado Público Central de Porto Alegre.

Jornal Zero Hora, 25 de julho de 1989, terça-feira. Caderno. *A história esquecida*. Acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Jornal Zero Hora, 01 de julho de 1993, quinta-feira. *Pais-de-santo ajudam a mudar o Mercado Público*, p. 42. Acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Jornal Zero Hora, 18 de julho de 1993, domingo. *Collares governa inspirado pelos espíritos*, p. 25. Acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Jornal Zero Hora, 18 de julho de 1993, domingo. *Um século de influência africana*, contracapa. Acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Jornal Zero Hora, 18 de julho de 1993, domingo. *Um príncipe negro reinou no Rio Grande*, p. 24 e 25. Acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Jornal Zero Hora, 25 de julho de 1993, domingo. *Tese sobre príncipe africano causa polêmica*, p. 24. Acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

3 – Outros Documentos

Associação Protetora do Turf. *Relação dos animais que atualmente figuram nos projetos de corridas da Associação*. Porto Alegre, 28 de outubro de 1913, p. 02 (documento assinado pelo secretário da Associação). Consultada em: SILVA, Maria Helena Nunes da. *O Príncipe Custódio e a Religião Afro-Gaúcha*, 1999. Dissertação de mestrado em Antropologia apresentada na Universidade Federal de Pernambuco.

Ofício encaminhado a Protetora do Turf (assinado por Custódio), Porto Alegre, 28 de abril de 1910. Transcrito em: JUNG, Roberto Rossi. *O Príncipe Negro*. Porto Alegre: Edigal / Renascença, 2007, p. 127.

Registro Civil de Nascimentos e Óbitos. Talão 08 – óbito 15960 – página 160. Transcrito em: JUNG, Roberto Rossi. *O Príncipe Negro*. Porto Alegre: Edigal / Renascença, 2007, p. 115. Também foi anexada cópia na página 128.

4 - Imagens

Fotos de Custódio Joaquim de Almeida. Acervo do Memorial do Mercado Público Central de Porto Alegre.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos & Abusos da História Oral*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 183-191.

BURKE, Peter. A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista. In: *Revista Estudos Históricos: indivíduo, biografia, história*. Rio de Janeiro: Vol.10, nº. 19, 1997, p. 83-97.

CHALHOUB, Sidney. *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

CORASSIN, Maria Luiza. Biografia e História na Vita Aureliana. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Vol.17, nº. 22, 1997, p. 98-111.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: CORADINI, Odaci Luiz (Org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 85-102.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 14, outubro de 1990, p. 73-90.

MONTEIRO, Charles. Representações da cidade de Porto Alegre na obra O Resto é Silêncio de Érico Veríssimo. In: *Anais. XXV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*, Rio de Janeiro, 2005, p. 373-378.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos & Abusos da História Oral*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 167-182.

ORO, Ari Pedro. Religiões Afro-Brasileiras no Rio Grande do Sul: Passado e Presente. In: *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº. 2, 2002, p. 345-384.

PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de Curar – um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX*, 1997. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Estadual de Campinas.

_____. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney et. al. (Org.). *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*, 2003, p. 307-330.

ROMANI, Carlo. A Aventura do Anarquismo Segundo Oreste Ristori. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Vol.17, nº. 33, 1997, p. 150-167.

SCHMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. In: *Revista Anos 90*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, n.º. 6, dezembro de 1996, p. 165-192.

_____. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. In: *Revista Estudos Históricos: indivíduo, biografia, história*. Rio de Janeiro: Vol.10, n.º. 19, 1997, p. 03-21.

_____. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2000, p.49-70.

_____. Biografia e regimes de historicidade. In: *Métis: história & cultura*. Caxias do Sul, RS: Vol.2, n.º. 3, jan./jun. 2003, p. 57-72.

VARGAS, J. M.; MOREIRA, P. R. S., CARVALHO, D. V. de; SANTOS, S. dos. Entre Irmandade e Palácio. A Trajetória de um Devoto e Burocrata (O Caso Aurélio Viríssimo de Bittencourt – 1849-1919). In: *Anais: Produzindo História a partir de Fontes Primárias*. V Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2007, p. 169-180.

WEBER, Beatriz Teixeira. *Códigos de Posturas e Regulamento de Convívio Social em Porto Alegre no Século XIX*, 1992. Dissertação de mestrado em História apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. Positivismo e saúde: Comte e a medicina. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes & LEAL, Elisabete. *Revistando o Positivismo*, 2008, p. 83-92.

XAVIER, Regina. Dos males e suas curas. Práticas Médicas na Campinas Oitocentista. In: CHALHOUB, Sidney et. al. (Org.). *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*, 2003, p. 331-354.

_____. *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*, 2002. Tese de doutorado em História apresentada na Universidade Estadual de Campinas.

ANEXO ÚNICO



Figura 01

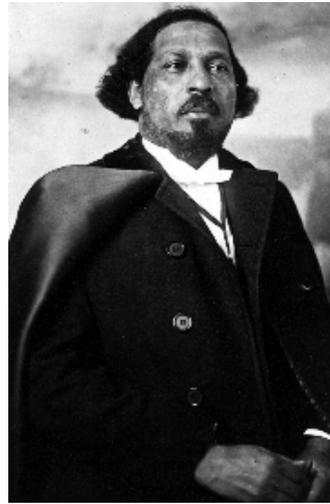


Figura 02

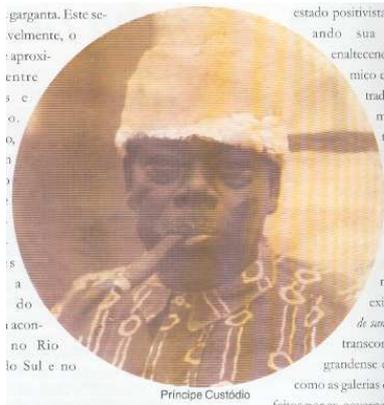


Figura 03



Figura 04

Centenário da Abolição da
Escravidura no Brasil.
O Negro no Rio Grande do Sul -
Personagens.
Príncipe Custódio
Custódio Joaquim de Almeida
1831 - 1935
São João Batista de Ajudá.
República Popular do Benin - África -
Porto Alegre, RS - Brasil.

OFERECIMENTO
E APOIO CULTURAL
o/incentivo lei Sarney

SUPERMERCADOS
Zaffari
UMA FAMÍLIA A SERVIÇO DA COMUNIDADE

Figura 05